

**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA**



**ARMAMENTO TERRESTRE**

**NSCA 136-1**

**ARMAMENTO DE USO PARTICULAR NO ÂMBITO  
DO COMANDO DA AERONÁUTICA**

**2020**

**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
COMANDO-GERAL DO PESSOAL**



**ARMAMENTO TERRESTRE**

**NSCA 136-1**

**ARMAMENTO DE USO PARTICULAR NO ÂMBITO  
DO COMANDO DA AERONÁUTICA**

**2020**



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**COMANDO-GERAL DE PESSOAL**

PORTARIA COMGEP Nº 2/DLE, DE 16 DE JANEIRO DE 2020.

Aprova a reedição da NSCA 136-1  
“Armamento de Uso Particular no Âmbito  
do Comando da Aeronáutica”.

**O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, inciso VII, do ROCA 20-3 "Regulamento do Comando-Geral do Pessoal", aprovado pela Portaria nº 2.103/GC3, de 3 de dezembro de 2019, em conformidade com o disposto no item 3.3 da ICA 700-1 “Implantação e Gerenciamento de Sistemas no Comando da Aeronáutica”, aprovada pela Portaria nº 839/GC3, de 29 de agosto de 2006, e considerando o que consta do Processo nº 67410.011052/2018-98, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição da NSCA 136-1 “Armamento de Uso Particular no Âmbito do Comando da Aeronáutica”.

Art. 2º Esta norma entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria COMGAP nº 32/3EM, de 19 de abril de 2017.

Ten Brig Ar LUIS ROBERTO DO CARMO LOURENÇO  
Comandante-Geral dePessoal

(Publicado no BCA nº 012, de 22 de janeiro de 2020)



## SUMÁRIO

<b>1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES .....</b>	<b>7</b>
1.1 <u>FINALIDADE</u> .....	7
1.2 <u>CONCEITUAÇÃO</u> .....	7
1.3 <u>ÂMBITO</u> .....	11
<b>2 DISPOSIÇÕES GERAIS .....</b>	<b>12</b>
2.1 <u>PRODUTOS CONTROLADOS DE USO RESTRITO E PERMITIDO</u> .....	12
2.2 <u>AQUISIÇÃO DE ARMAS, MUNIÇÕES OU ACESSÓRIOS</u> .....	14
2.3 <u>TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE DE ARMA DE FOGO</u> .....	16
2.4 <u>COLECIONADORES, ATIRADORES E CAÇADORES</u> .....	18
2.5 <u>DEVOLUÇÃO/DOAÇÃO DA ARMA</u> .....	18
2.6 <u>EXTRAVIO/RECUPERAÇÃO</u> .....	19
2.7 <u>REGISTRO E CADASTRO DE ARMAS DE FOGO</u> .....	19
2.8 <u>CERTIFICADO DE REGISTRO DE ARMA DE FOGO (CRAF)</u> .....	20
2.9 <u>DO PORTE DE ARMA DE FOGO (PAF)</u> .....	21
2.10 <u>TESTE DE APTIDÃO DE TIRO (TAT)</u> .....	24
2.11 <u>INSTRUÇÕES PARA APLICAÇÃO DO TAT</u> .....	25
2.12 <u>INSTRUÇÕES SOBRE A ARMA E PORTE</u> .....	26
2.13 <u>TESTE DE AVALIAÇÃO DA APTIDÃO PSICOLÓGICA (TAAP)</u> .....	26
2.14 <u>GUIA DE TRÁFEGO (GT) PARA PESSOA FÍSICA</u> .....	27
2.15 <u>DA COBRANÇA DE TAXAS</u> .....	28
2.16 <u>DO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS COM AUTORIZAÇÃO DE PORTE</u> .....	29
2.17 <u>DA DOAÇÃO À POLÍCIA FEDERAL DE ARMA ADQUIRIDA LEGALMENTE</u> .....	29
2.18 <u>DAS ARMAS DE FOGO INCLUÍDAS EM ESPÓLIO</u> .....	29
2.19 <u>DA REGULARIZAÇÃO DA ARMA DE FOGO DO MILITAR QUE RETORNA</u> <u>DO EXTERIOR</u> .....	29
2.20 <u>DA SEGURANÇA DE AUTORIDADES OU DE DIGNITÁRIOS</u> .....	30
2.21 <u>DOS CRIMES</u> .....	30
<b>3 ATRIBUIÇÕES .....</b>	<b>31</b>
3.1 <u>DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES</u> .....	31
3.2 <u>DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL</u> .....	32
<b>4 DISPOSIÇÕES FINAIS .....</b>	<b>33</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>34</b>
Anexo A - <u>Autorização para Aquisição de Armamento</u> .....	36
Anexo B - <u>Autorização para Aquisição de Munição</u> .....	37
Anexo C - <u>Autorização para Aquisição de Acessórios</u> .....	38
Anexo D - <u>Autorização para Transferência de Propriedade de Arma de Fogo</u> .....	39
Anexo E - <u>Termo de Doação de Arma de Fogo ao Comando da Aeronáutica</u> .....	40
Anexo F - <u>Recibo de Devolução/Doação de Armamento</u> .....	41
Anexo G - <u>Ficha de Controle de Armas (FCA)</u> .....	42
Anexo H - <u>Modelos de CRAF / PAF</u> .....	44
Anexo I - <u>Requerimento para Porte de Arma</u> .....	47
Anexo J - <u>Ficha de Cômputo de Tiro e Instruções para Aplicação do Teste de</u> <u>Aptidão de Tiro</u> .....	48
Anexo K - <u>Modelo da Guia de Tráfego (Pessoa Física)</u> .....	49

<b>Anexo L - Modelo de Ofício para Transferência de Arma de Fogo.....</b>	<b>50</b>
<b>Anexo M - Modelo de Ofício para Aquisição de Arma de Fogo.....</b>	<b>51</b>
<b>Anexo N - Listagem de Calibres .....</b>	<b>52</b>
<b>ÍNDICE.....</b>	<b>58</b>

## **1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

### **1.1 FINALIDADE**

Estabelecer procedimentos e normas, definindo as responsabilidades de cada elo do Sistema de Gerenciamento Militar de Armas da Aeronáutica (SIGMAER), no que se refere a aquisição, transferência, utilização, porte de arma de fogo e munição de uso particular, por militares da ativa, da reserva e reformados do Comando da Aeronáutica (COMAER).

### **1.2 CONCEITUAÇÃO**

**1.2.1 ARMA AUTOMÁTICA** - arma de fogo em que o carregamento, o disparo e todas as operações de funcionamento ocorrem continuamente enquanto o gatilho estiver sendo acionado.

**1.2.2 ARMA BRASONADA** - arma de uso restrito que possui o Símbolo das Armas Nacionais gravado na armação.

**1.2.3 ARMA CONTROLADA** - arma que pelas suas características de efeito físico e psicológico, pode causar elevados danos a pessoas ou objetos e, por esse motivo, é controlada pelo Comando do Exército, por competência outorgada pela União.

**1.2.4 ARMA DE ALMA LISA** - arma que possui a parede interior do cano sem sulcos ou raia.

**1.2.5 ARMA DE ALMA RAIADA** - arma que possui a parede interior do cano com sulcos ou raia com a finalidade de introduzir movimento de rotação no projétil em torno do eixo longitudinal.

**1.2.6 ARMA DE FOGO** - arma que dispara projéteis, empregando a força expansiva dos gases gerados pela combustão de um propelente confinado em uma câmara que, normalmente, está solidária a um cano que tem a função de propiciar continuidade à combustão do propelente, além de direção e estabilidade ao projétil.

**1.2.7 ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO** - é aquela cuja utilização é autorizada a pessoas físicas e jurídicas, de acordo com as normas do Comando do Exército, consoante legislação específica.

**1.2.8 ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO** - é aquela que só pode ser utilizada pelas Forças Armadas, por instituições de segurança pública e por pessoas físicas e jurídicas habilitadas, devidamente autorizadas pelo Comando do Exército.

**1.2.9 ARMA DE FOGO LONGA** - designação de uma arma cujo comprimento do cano ultrapassa 30 cm e cujo comprimento total excede 60 cm.

**1.2.10 ARMA DE FOGO OBSOLETA** - arma de fogo que não se presta mais ao uso normal, devido ao fato de sua munição e elementos de munição não serem mais fabricados, ou por ser ela própria de fabricação muito antiga ou de modelo muito antigo e fora de uso. Pela sua obsolescência, se presta mais a ser considerada relíquia ou a constituir peça de coleção.

**1.2.11 ARMA DE PORTE** - arma de fogo de dimensões e peso reduzidos, que pode ser transportada por um indivíduo em um coldre e disparada, comodamente, com somente uma das mãos pelo atirador, enquadrando-se nesta definição as pistolas, revólveres e garruchas.

**1.2.12 ARMA DE PRESSÃO** - arma cujo princípio de funcionamento implica no emprego de gases comprimidos para impulsão do projétil, os quais podem estar previamente armazenados em um reservatório ou serem produzidos por ação de um mecanismo, tal como um êmbolo solidário a uma mola, no momento do disparo.

**1.2.13 ARMA DE REPETIÇÃO** - arma na qual o atirador, após a realização de cada disparo decorrente da ação sobre o gatilho, necessita empregar a força física sobre um componente do mecanismo da arma para concretizar as operações prévias e necessárias ao disparo seguinte.

**1.2.14 ARMA PORTÁTIL** - é aquela cujo peso e dimensões permitem que seja transportada por um único homem, mas não conduzida em um coldre, exigindo, em situações normais, ambas as mãos para a realização eficiente do disparo.

**1.2.15 ARMA SEMIAUTOMÁTICA** - arma que realiza, automaticamente, todas as operações de funcionamento com exceção do disparo, requerendo para cada disparo, um novo acionamento da tecla do gatilho.

**1.2.16 ATIRADOR** - pessoa física praticante do esporte de tiro, devidamente registrada em associação competente, ambas reconhecidas e sujeitas às normas baixadas pelo Comando do Exército.

**1.2.17 CAÇADOR** - pessoa física praticante de caça desportiva, devidamente registrada na associação competente, ambas (caçador e associação) reconhecidas e sujeitas às normas baixadas pelo Comando do Exército.

**1.2.18 CADASTRO** - inserção no SIGMAER dos dados pessoais do proprietário e técnicos da arma de fogo de sua propriedade, contidos na Ficha de Controle de Armas (FCA), devidamente registrados em Boletim Interno de Informações Pessoais (BIIP), de acesso restrito, da OM de origem ou de vinculação do proprietário.

**1.2.19 CALIBRE** - medida do diâmetro interno do cano de uma arma, medido entre os fundos do raiamento; medida do diâmetro externo de um projétil sem cinta; dimensão usada para definir ou caracterizar um tipo de munição ou de arma.

**1.2.20 CAPACIDADE** - é a quantidade máxima de tiros que pode ser efetuada com a arma em que esta seja recarregada.

**1.2.21 CERTIFICADO DE REGISTRO DE ARMA DE FOGO (CRAF)** - documento válido em todo território nacional, que comprova a propriedade da arma de fogo e que permite ao seu proprietário mantê-la, exclusivamente, no interior de sua residência ou estabelecimento comercial de que seja o titular ou responsável legal. O proprietário da referida arma só poderá portá-la, caso esteja expressamente grafado no CRAF a autorização para o Porte de Arma, nos termos da Lei.

**1.2.22 COLECIONADOR** - pessoa física ou jurídica que coleciona armas, munições ou viaturas blindadas, devidamente registradas e sujeitas às normas baixadas pelo Comando do Exército.



**1.2.23 DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS (DFPC)** - é o órgão do Comando do Exército responsável pelas atividades de registro e de fiscalização de competência do Exército, supervisionadas pelo Departamento Logístico (D Log).

**1.2.24 DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL (DIRAP)** - é a OM do COMAER responsável pela fiscalização e pelo controle das armas de fogo de uso particular dos militares da Aeronáutica, bem como das armas de fogo institucionais (caução), de porte e portáteis, do acervo do COMAER. É responsável, ainda, pela execução do cadastro de armas particulares no SIGMAER, como também pela expedição dos CRAF/PAF para os militares do COMAER.

**1.2.25 ESPÉCIE** - designação utilizada para definir o tipo e as características fundamentais das armas de fogo.

**1.2.26 ESPINGARDA** - arma longa que possui o cano de alma lisa, projetada originalmente para disparar múltiplos projéteis esféricos (BALINS).

**1.2.27 FICHA DE CONTROLE DE ARMAS (FCA)** - é a ficha adotada pelo SIGMAER, contendo dados da arma e do proprietário, e que deverá ser preenchida pela OM que efetuou o registro da arma.

**1.2.28 FUZIL** - é uma arma de fogo portátil, de cano longo e alma raiada, podendo ser de repetição, semiautomática ou automática.

**1.2.29 GARRUCHA** - é uma arma curta, de um ou dois canos de alma raiada, cujo carregamento dá-se manualmente pela inserção direta do cartucho na câmara, possuindo baixíssima autonomia de fogo.

**1.2.30 GÁUGIO** - quantidade de esferas de chumbo de diâmetro igual ao diâmetro do cano da arma, que juntos perfazem o peso de uma libra (454 g). Esta nomenclatura é utilizada para definir ou caracterizar o tipo de arma ou de munição das armas de caça de alma lisa.

**1.2.31 GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO (GRU)** - é o documento obrigatório para efetuar o pagamento das taxas e multas inerentes à Fiscalização de Produtos Controlados.

**1.2.32 GUIA DE TRÁFEGO** - é o documento emitido pela OM de origem ou de vinculação, que permite ao militar não possuidor de Porte de Arma, a transportar, desmuniado e embalado, em situações especiais, tais como mudança de localidade, o armamento de sua propriedade, conforme especificado no CRAF, não sendo válido como Porte de Arma.

**1.2.33 MARCA** - é o nome comercial do armamento e que identifica o seu fabricante.

**1.2.34 MODELO** - define o perfil da arma fornecido pelo fabricante, sendo prerrogativa deste impor essa diferenciação para os diversos modelos os quais é capaz de produzir. Pode designar também um perfil de padronização militar de uma arma pela Força que a está adotando.

**1.2.35 MUNIÇÃO** - artefato completo pronto para o carregamento e o disparo de uma arma de fogo, cujo efeito desejado seja a destruição, a iluminação ou a ocultação do alvo, produzindo também efeito moral sobre pessoal.

**1.2.36 NÚMERO DE SÉRIE** - é o código de identificação individual da arma de fogo, atribuído pelo fabricante, e que deve estar gravado por processo mecânico no cano e na armação ou chassi da arma, que são as partes sobre as quais são montados os canos e os demais componentes da arma, podendo ser numérico sequencial ou alfanumérico.

**1.2.37 PISTOLA** - arma de fogo de porte, geralmente semiautomática, cuja única câmara faz parte do corpo do cano e cujo carregador, quando em posição fixa, mantém os cartuchos em fila e os apresenta sequencialmente para o carregamento inicial e após cada disparo. Há pistolas de repetição, tais como as de sinalização, que não dispõem de carregador e cujo carregamento é feito manualmente.

**1.2.38 PORTE DE ARMA DE FOGO (PAF)** - é o documento de caráter obrigatório que dá o direito ao proprietário da arma de fogo de transportá-la, de forma discreta e em locais permitidos por lei, sendo específico para cada arma e intrínseco ao CRAF.

**1.2.39 POSSE TEMPORÁRIA** - situação caracterizada por militar da Aeronáutica possuidor de arma brasonada de calibres 9 mm ou .45". Só deve ser autorizada a transferência da posse dessa arma para outro oficial de carreira da Força Aérea Brasileira.

**1.2.40 PRODUTO CONTROLADO PELO EXÉRCITO** - produto que, devido ao seu poder de destruição ou outra propriedade, deva ter o seu uso restrito a pessoas físicas e jurídicas legalmente habilitadas, capacitadas, técnica, moral e psicologicamente, de modo a garantir a segurança social e militar do País.

**1.2.41 REGISTRO DE ARMA DE FOGO** - ato de consignar a aquisição e a propriedade da arma de fogo em ato oficial, se caracterizando pela publicação em BIIP, da OM de origem ou de vinculação do adquirente.

**1.2.42 REVÓLVER** - arma de fogo de porte, de repetição, dotada de um cilindro giratório posicionado atrás do cano, utilizado como carregador, o qual contém perfurações paralelas e equidistantes do seu eixo e que recebem a munição, servindo de câmara.

**1.2.43 RIFLE** - É uma arma de fogo portátil, longa, não automática, de cano raiado, cujo carregamento é realizado por dispositivo mecânico.

**1.2.44 SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS (SFPC/RM)** - elo do SIGMA, localizado nas Regiões Militares, sendo responsável pelas atividades administrativas de fiscalização de produtos controlados.

**1.2.45 SISTEMA DE GERENCIAMENTO MILITAR DE ARMAS (SIGMA)** - instituído no Ministério da Defesa, no âmbito do Comando do Exército, com circunscrição em todo o território nacional, tem por finalidade manter cadastro geral, permanente e integrado das armas de fogo importadas, produzidas e vendidas no país, de competência do SIGMA, e das armas de fogo que constem de registros próprios.

**1.2.46 SISTEMA DE GERENCIAMENTO MILITAR DE ARMAS DA AERONÁUTICA (SIGMAER)** - instituído no âmbito do COMAER tem por finalidade manter o cadastro geral, permanente e integrado com o SIGMA, das armas de fogo de uso particular dos militares da Aeronáutica, constantes de registros próprios das OM, bem como das armas institucionais de porte e portáteis (caução), pertencentes ao acervo da Força. O Sistema possui como órgão central a DIRAP.

**1.2.47** SISTEMA NACIONAL DE ARMAS (SINARM) - instituído no Ministério da Justiça, no âmbito da Polícia Federal, com circunscrição em todo o território nacional, tendo por competência: cadastrar as armas de fogo produzidas, importadas e vendidas no País; cadastrar as autorizações de porte de arma de fogo e as renovações expedidas pela Polícia Federal, bem como as apreensões de armas de fogo; cadastrar os armeiros em atividade no País, entre outros, não alcançando as armas dos integrantes das Forças Armadas.

### **1.3** ÂMBITO

A presente Norma de Sistema aplica-se a todas as OM do COMAER.

## **2 DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **2.1 PRODUTOS CONTROLADOS DE USO RESTRITO E PERMITIDO**

**2.1.1** As armas, munições, acessórios e equipamentos são classificados, quanto ao uso, em:

- a) uso restrito; e
- b) uso permitido.

**2.1.2** São de uso restrito:

- a) armas, munições, acessórios e equipamentos iguais ou que possuam alguma característica no que diz respeito aos empregos tático, estratégico e técnico do material bélico usado pelas Forças Armadas Nacionais;
- b) armas, munições, acessórios e equipamentos que, não sendo iguais ou similares ao material bélico utilizado pelas Forças Armadas Nacionais, possuam características que só as tornem aptas para o emprego militar ou policial;
- c) armas de fogo curtas, cuja munição comum tenha na saída do cano energia superior a 1.620J (mil seiscentos e vinte Joules) e suas munições, conforme descrito na Tabela II (Anexo N);
- d) armas de fogo longas raiadas, cuja munição comum tenha na saída do cano energia superior 1.620J (mil seiscentos e vinte Joules) e suas munições, conforme descrito na Tabela II (Anexo N);
- e) armas de fogo automáticas de qualquer calibre;
- f) armas de fogo de alma lisa de gáugio doze ou superior, com comprimento de cano menor que vinte e quatro polegadas ou seiscentos e dez milímetros e suas munições;
- g) armas de pressão, por ação de gás comprimido, ou por ação de mola, com calibre superior a seis milímetros, que disparem projéteis de qualquer natureza;
- h) armas de fogo dissimuladas, conceituadas como tais os dispositivos com aparência de objetos inofensivos, mas que escondem uma arma, tais como bengalas-pistola, canetas-revólver e semelhantes;
- i) arma de ar comprimido, simulacro do Fuzil 7,62 mm, M964, FAL e Fuzil 5,56 mm, M-33 e HK-33;
- j) armas e dispositivos que lancem agentes de guerra química ou gás agressivo e suas munições;
- k) dispositivos que constituam acessórios de armas e que tenham por objetivo dificultar a localização da arma, como, por exemplo, os silenciadores de tiro, os quebra-chamas e outros, servindo para amortecer o estampido ou a chama do tiro e também os que modificam as condições de emprego, tais como os bocais lança-granadas e outros;
- l) munições ou dispositivos com efeitos pirotécnicos, ou dispositivos similares capazes de provocar incêndios ou explosões;

- m) munições com projéteis que contenham elementos químicos agressivos, cujos efeitos sobre a pessoa atingida sejam de aumentar consideravelmente os danos, tais como projéteis explosivos ou venenosos;
- n) espadas e espadins utilizados pelas Forças Armadas e Forças Auxiliares;
- o) equipamentos de visão noturna, tais como óculos, periscópios, lunetas etc.;
- p) dispositivos ópticos de pontaria com aumento igual ou maior que seis vezes o diâmetro do objeto e igual ou maior que trinta e seis milímetros; e
- q) veículos blindados de emprego civil ou militar.

### 2.1.3 São de uso permitido:

- a) armas de fogo curtas, de repetição ou semiautomáticas, cuja munição comum tenha na saída do cano energia de até 1.620J (mil seiscientos e vinte Joules) e suas munições, conforme descrito na Tabela I (Anexo N);
- b) armas de fogo longas raiadas, de repetição ou semiautomática, cuja munição comum tenha na saída do cano energia de até 1.620J (mil seiscientos e vinte Joules) e suas munições, conforme descrito na Tabela I (Anexo N);
- c) armas de fogo de alma lisa, de repetição ou semiautomáticas, gáugio doze ou inferior, com comprimento de cano igual ou maior do que vinte e quatro polegadas ou seiscientos e dez milímetros, as de menor gáugio com qualquer comprimento de cano e suas munições de uso permitido;
- d) armas de pressão por ação de gás comprimido ou por ação de mola, com calibre igual ou inferior a seis milímetros e suas munições;
- e) armas que tenham por finalidade dar partida em competições desportivas e que utilizem cartuchos contendo exclusivamente pólvora;
- f) armas para uso industrial ou que utilizem projéteis anestésicos para uso veterinário;
- g) dispositivos ópticos de pontaria com aumento menor que seis vezes e diâmetro da objetiva menor que trinta e seis milímetros;
- h) cartuchos vazios, semicarregados e carregados a chumbo granulado, conhecidos como “cartuchos de caça”, destinados a armas de fogo de alma lisa de gáugio permitido;
- i) blindagens balísticas para munições de uso permitido;
- j) equipamentos de proteção balística contra armas de fogo portáteis ou de porte de uso permitido, tais como coletes, escudos, capacetes etc.; e
- k) veículo de passeio blindado.

## **2.2 AQUISIÇÃO DE ARMAS, MUNIÇÕES OU ACESSÓRIOS**

### **2.2.1 PROPRIEDADE DE ARMAS DE FOGO**

**2.2.1.1** Cada militar, salvo aqueles enquadrados nas categorias de colecionadores, atiradores e caçadores que tenham os seus limites regulados por legislação específica do Comando do Exército, pode ser proprietário de até seis armas de fogo de uso permitido ou restrito.

**2.2.1.2** Nos limites estabelecidos no subitem acima, não estão incluídas dentre essas as três armas brasonadas, por oficial de carreira.

**2.2.1.3** Para que possam adquirir outra arma de qualquer tipo, os militares que efetuaram os registros de suas armas de fogo, independentemente da quantidade, amparados pela vigência da Lei nº 9.437, de 20 de fevereiro de 1997, a qual foi regulamentada pelo Decreto nº 2.222, de 8 de maio de 1997, ambos revogados, que excederam os quantitativos supracitados, devem obrigatoriamente se desfazer de alguma outra arma de fogo do seu acervo, a fim de que não seja extrapolado o limite estabelecido nesta Norma.

**2.2.1.4** Os certificados de registro, com ou sem autorização de porte de arma de fogo, concedidos aos militares temporários deverão possuir validade de até 01 (um) ano.

**2.2.1.5** As armas adquiridas pelos militares da Aeronáutica, da ativa, da reserva remunerada e os reformados devem obrigatoriamente ser registradas nas OM de vinculação dos militares adquirentes, devendo também ser cadastradas no SIGMAER.

**2.2.1.6** Antes de iniciar o processo de aquisição de arma, o Comandante, Chefe, Diretor ou Secretário deve verificar junto à DIRAP se o militar requerente se encontra de posse da quantidade máxima permitida no item 2.2.1.1 desta Norma. Nesse caso, o requerente deve se desfazer de uma arma do seu acervo para que possa adquirir outra, de modo que não seja excedido o quantitativo estabelecido neste documento.

**2.2.1.7** Não é permitido ao Comandante, Chefe, Diretor ou Secretário iniciar o processo de aquisição de armas de fogo do militar condenado por crimes contra a segurança do Estado, do militar reformado por alienação mental, ou, ainda, por atividades que desaconselhem a posse e o porte de armas.

**2.2.1.8** É proibida a aquisição de armas de fogo e munições por militares da Aeronáutica mediante o fornecimento de autorização de compra coletiva.

**2.2.1.9** É proibida a aquisição/transferência de armas de fogo, por militares da Aeronáutica, sem a autorização da DIRAP.

**2.2.1.10** Não é permitido ao Comandante, Chefe, Diretor ou Secretário iniciar o processo de aquisição de armas de fogo e munições para militares da reserva não-remunerada, bem como funcionários civis lotados em OM do Comando da Aeronáutica.

**2.2.1.11** A aquisição de armas de fogo por funcionários civis lotados em OM do COMAER deve ser efetuada de acordo com os procedimentos previstos pelo SINARM.

**2.2.1.12** Excepcionalmente, os cabos e taifeiros da ativa da Aeronáutica e os graduados pertencentes ao Quadro de Sargentos Convocados (QSCON), a critério e com a autorização do Comandante, Chefe, Diretor ou Secretário, podem adquirir armas de fogo de uso

permitido, dentro dos limites estabelecidos nesta Norma, desde que preencham os seguintes requisitos, quando aplicáveis:

- a) estar no bom comportamento;
- b) ter estabilidade adquirida (cabos e taifeiros); e
- c) não estar indiciado em processo criminal na Justiça Civil ou na Justiça Militar.

**2.2.1.13** É proibida às praças, durante a prestação do Serviço Militar Obrigatório, a aquisição de armas de fogo e munições.

**2.2.1.14** É proibida ao soldado de qualquer natureza a aquisição de armas de fogo e munições, exceto aos reformados, respeitando o descrito no item 2.2.1.7 desta Norma, aplicável apenas para as arma de fogo de uso permitido.

**2.2.1.15** Somente é concedida autorização de aquisição de arma de fogo à praça que estiver classificada no bom comportamento.

**2.2.1.16** Desde que não extrapole o quantitativo máximo previsto nesta Norma e que sejam preenchidos os requisitos estabelecidos em Portaria emitida pelo COMAER, o militar da Aeronáutica pode adquirir, a cada dois anos, até três armas de fogo de uso permitido ou restrito.

**2.2.1.17** A venda de armas somente pode ser efetuada por estabelecimentos registrados no Comando do Exército. Quando não houver similar nacional, em casos excepcionais plenamente justificados, pode ser autorizada a importação, mediante autorização da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC) do Comando do Exército.

**2.2.1.18** Os militares da Aeronáutica que desejarem adquirir arma de fogo devem solicitar autorização ao seu Comandante, Chefe, Diretor ou Secretário, por intermédio do preenchimento do documento constante do Anexo A desta Norma, juntamente com a cópia da identidade do solicitante e cópia do comprovante de pagamento da GRU, que devem ser encaminhados, digitalmente, via ofício, para a DIRAP. A aquisição de armas por militares reformados necessita de aprovação em teste de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo.

**2.2.1.19** Após análise e a autorização da DIRAP, publicada em Boletim do Comando da Aeronáutica de Informações Pessoais (BCA IP), o Comandante, Chefe, Diretor ou Secretário do(s) militar(es) requerente(s) deve transcrever a autorização em BIIP e realizar a entrega do ofício externo autorizativo para aquisição da arma ao militar solicitante (Anexo M), que deverá encaminhá-lo ao estabelecimento comercial.

**2.2.1.20** Os entendimentos para a aquisição da arma, bem como a forma de pagamento processar-se-ão diretamente entre o interessado e o estabelecimento comercial, sendo que à OM cabe confeccionar o ofício autorizando a aquisição da arma solicitada.

**2.2.1.21** A Nota Fiscal da arma adquirida no estabelecimento comercial deve ser emitida em nome do militar solicitante, devendo constar os seus dados cadastrais, estando sujeito às normas tributárias previstas nas legislações vigentes.

**2.2.1.22** As OM que encaminharam as solicitações devem efetuar o registro mediante a publicação em BIIP, remetendo para a DIRAP a cópia do boletim de transcrição do

deferimento do pedido, a cópia do boletim do registro, cópia da Nota Fiscal e a FCA preenchida e assinada pelo proprietário e pelo Comandante, Chefe ou Diretor ou Secretário, para serem cadastradas no SIGMAER.

**2.2.1.23** A DIRAP deve efetuar o cadastro no SIGMAER das armas adquiridas, devendo ser emitidos os CRAF ou CRAF/PAF correspondentes.

**2.2.1.24** A quantidade anual de munição que cada militar poderá adquirir será de até seiscentos cartuchos por arma registrada no SIGMAER, para manter em seu poder e estoque, com autorização do seu Comandante, Chefe, Diretor ou Secretário.

**2.2.1.25** O militar que possuir arma de caça de alma raiada de uso permitido ou restrito e cadastrada no SIGMAER poderá adquirir como acessório, no comércio especializado, mediante prévia autorização da DIRAP, um dispositivo ótico de pontaria com aumento menor que seis vezes e diâmetro da objetiva menor que trinta e seis milímetros.

**2.2.1.26** Antes de autorizar a aquisição, o Comandante, Chefe, Diretor ou Secretário deve consultar à DIRAP quanto ao aspecto de compatibilidade entre a arma cadastrada no SIGMAER e a munição requerida.

**2.2.1.27** Os militares da Aeronáutica que desejarem adquirir munições de uso permitido ou restrito, obedecendo as quantidades citadas no item 2.2.1.24, deverão solicitar autorização ao seu Comandante, Chefe, Diretor ou Secretário, por meio do preenchimento do formulário (Anexo B), que deverá ser encaminhado ao estabelecimento comercial, via ofício externo, pelo requerente. No momento da compra, além do formulário (Anexo B), o interessado deverá apresentar o CRAF e a Identidade Militar.

**2.2.1.28** Quando se tratar de militares da reserva remunerada e os reformados, a solicitação para aquisição deve ser encaminhada ao Comandante, Chefe, Diretor ou Secretário das OM às quais estejam vinculados, por meio do preenchimento do formulário (Anexo B), que deverá ser encaminhado ao estabelecimento comercial, via ofício externo, pelo requerente. No momento da compra, além do formulário (Anexo B), o interessado deverá apresentar o CRAF e a Identidade Militar.

**2.2.1.29** Os militares que desejarem adquirir acessórios deverão solicitar autorização ao Comandante, Chefe, Diretor ou Secretário da OM de origem ou de vinculação, por intermédio do preenchimento do formulário próprio (Anexo C) e do pagamento da GRU (comprovante), que deverão ser encaminhados ao estabelecimento comercial, via ofício externo, pelo requerente. No momento da compra, além do formulário (Anexo B) e do comprovante de pagamento da GRU, o interessado deverá apresentar o CRAF e a Identidade Militar.

## **2.3 TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE DE ARMA DE FOGO**

**2.3.1** De maneira geral, todas as transferências de arma de fogo efetuadas por militares da Aeronáutica deverão ser apreciadas pela DIRAP, e somente depois das armas estarem cadastradas nos respectivos Sistemas.

**2.3.2** A transferência de propriedade de armas de fogo por doação, troca ou venda, somente pode ser efetuada depois de decorridos, no mínimo, dois anos de seu primeiro registro, ressalvados os casos autorizados pela DIRAP, consequentes da aceitação dos motivos constantes de requerimento do interessado. Nesse caso, também será gerado um novo registro para quem está adquirindo a arma.



**2.3.3** Quando a transferência de propriedade de armas de fogo envolver militares da Aeronáutica, a OM de origem do militar que recebe a arma, por intermédio do setor responsável, deve efetuar a pesquisa para verificar a viabilidade de autorização da transferência em tela, e, caso atenda aos requisitos normatizados, deve encaminhar ofício para a DIRAP, assinado digitalmente, via SIGADAER, contendo o Anexo D, devidamente preenchido, para análise, juntamente com as cópias das identidades dos militares envolvidos e cópia do comprovante de pagamento da GRU efetuado pelo cessionário.

**2.3.4** Uma vez deferida e publicada a transferência da arma no BCA IP, deverá também ser transcrita em BIIP da OM do militar que recebe a arma, bem como publicar o Registro da Arma (TRANSFERÊNCIA – REGISTRO).

**2.3.5** A OM do militar que recebeu a arma de fogo enviará ofício para a DIRAP, assinado digitalmente, via SIGADAER, contendo cópia do BIIP que publicou o registro da arma adquirida, bem como a FCA devidamente preenchida e assinada nos campos previstos, para que o cadastro do novo proprietário possa ser atualizado no SIGMAER, com a inclusão da arma no seu acervo e a emissão do CRAF.

**2.3.6** Antes de autorizar a transferência da arma, a OM de origem ou de vinculação do militar cessionário deve verificar junto à DIRAP a quantidade de armas que está na sua posse, devendo ser observados os limites estabelecidos no item 2.2.1 desta Norma.

**2.3.7** O militar pode adquirir nova arma de fogo, dentro dos limites fixados no item 2.2.1.1 desta Norma, em casos comprovados de transferência de propriedade, roubo, furto, extravio ou inutilização da arma.

**2.3.8** Quando a transferência de armas for efetuada entre militares da Aeronáutica e militares das demais Forças Singulares ou, ainda, entre militares da Aeronáutica e das Forças Auxiliares, os procedimentos a serem adotados devem ser idênticos aos já anteriormente citados no item 2.3.3, sendo que deve constar no processo a autorização do Comandante, Chefe, Diretor ou Secretário do militar cedente, devendo ser encaminhado, por meio de ofício para a DIRAP, assinado digitalmente, via SIGADAER, o Anexo D, para publicação no BCA IP.

**2.3.9** Quando a transferência de arma for efetuada entre militar da Aeronáutica e civil, o civil deve estar autorizado pelo SINARM, por intermédio da Polícia Federal, a receber a arma ou estar autorizado pela SFPC/Região Militar (RM), tratando-se de armamento para o acervo de colecionador, atirador e caçador (CAC). Essas autorizações, juntamente com a cópia de comprovante de pagamento da GRU efetuado pelo cessionário, devem ser anexadas ao formulário do Anexo D, devendo compor o processo de transferência da arma.

**2.3.10** Quando a transferência de arma for efetuada entre civil e militar da Aeronáutica, deve compor o processo o documento de autorização do SINARM, por intermédio da Polícia Federal, devendo ser preenchido o formulário do Anexo D, ao qual deve ser anexada a cópia autenticada ou certificada da identidade e do CPF do civil cedente, a cópia do comprovante de pagamento da GRU efetuado pelo cessionário, e enviado para apreciação da DIRAP. Uma vez deferida, será publicada em BCA IP e transcrita em BIIP da OM do militar que recebe a arma, para que seja incluída em suas alterações, através do item ARMA - REGISTRO.

**2.3.11** Após ser autorizada a transferência e publicada em BCA IP, esta deverá ser devidamente transcrita em BIIP da OM do militar que recebe a arma. Nesse caso, também será publicado o novo registro da arma de fogo, remetendo à DIRAP cópia do boletim de

transcrição do deferimento do pedido, cópia do boletim do registro, juntamente com a FCA preenchida e assinada pelo proprietário e pelo Comandante, Chefe ou Diretor ou Secretário, para serem cadastradas no SIGMAER.

**2.3.12** A transferência de propriedade de arma de fogo por parte dos militares da reserva não-remunerada seguirá os trâmites previstos pela Polícia Federal para fins de cadastro no SINARM.

**2.3.13** O Oficial da Aeronáutica que possuir arma brasonada somente pode transferi-la para outro Oficial da Aeronáutica da ativa, da reserva remunerada ou reformado, excepcionalmente, nos casos autorizados pela DIRAP.

**2.3.14** As armas que se refere o item 2.3.13 não podem ser entregues à Polícia Federal.

## **2.4 COLECIONADORES, ATIRADORES E CAÇADORES**

**2.4.1** Os militares da Aeronáutica possuidores do Certificado de Registro de Colecionadores, Atiradores e Caçadores, (CAC), fornecido pela SFPC/RM, devem consultar o site do Exército Brasileiro para maiores esclarecimentos quanto às normas em vigor, estando sujeitos às regulamentações previstas pelo Exército sobre o assunto.

**2.4.2** Toda transferência de armamento, oriundo de acervo CAC, deverá seguir os procedimentos conforme item 2.3.9.

## **2.5 DEVOLUÇÃO/DOAÇÃO DA ARMA**

**2.5.1** A devolução à Aeronáutica da arma de fogo, assim como as armas de calibre .45” ou 9 mm tipo *parabellum*, brasonadas, inclusive as adquiridas diretamente na indústria, nos casos de falecimento, demissão ou interdição do militar, deverão ser recolhidas ao acervo do COMAER, por intermédio das OM de origem ou de vinculação do militar, a qualquer tempo, e encaminhadas ao PAMB-RJ.

**2.5.2** No caso de falecimento ou interdição, em se tratando de armas não brasonadas, se os responsáveis legais desejarem, poderão solicitar a transferência da arma para quem atenda aos requisitos previstos no item 2.2 desta Norma. Uma vez deferida e publicada a transferência em BCA IP, esta deverá também ser transcrita em BIIP da OM do militar que receberá a arma, para que seja incluída em suas alterações, além dos procedimentos de regularização de cadastro no SIGMAER.

**2.5.3** Os responsáveis legais também poderão solicitar a transferência da arma a civil, em se tratando de armas não brasonadas, para civil Colecionador, Atirador e/ou Caçador (CAC), desde que esteja autorizado pela SFPC/RM a recebê-la, utilizando o formulário do Anexo D, para o envio da solicitação de transferência à apreciação da DIRAP.

**2.5.4** No caso de demissão do serviço ativo, o próprio militar deverá providenciar a devolução da arma por intermédio da sua OM. No caso de interdição ou falecimento, a OM do militar ou aquela à qual está vinculado deverá comunicar aos seus responsáveis legais a obrigatoriedade de devolver ou de transferir, imediatamente, a(s) arma(s) que lhe pertencia(m), na forma desta Norma.

**2.5.5** Para que a arma possa ser recolhida ao acervo da Força, os responsáveis legais do militar falecido ou interdito devem preencher o Termo de Doação (Anexo E) e entregá-lo ao Setor responsável da OM de origem ou de vinculação do militar, juntamente com a arma.

**2.5.6** A OM responsável pelo recebimento deverá fornecer o recibo de entrega da arma (Anexo F) ao cedente, publicar o ato de doação em BIIP e encaminhar por meio de ofício para a DIRAP, assinado digitalmente, via SIGADAER, a cópia do Boletim e do Termo de Doação para que sejam efetuadas as alterações do cadastro no SIGMAER e a exclusão da arma do acervo do militar.

**2.5.7** A OM responsável pelo recebimento da arma deve também encaminhá-la ao PAMB-RJ, juntamente com o Termo de Doação e cópia do BIIP que publicou o ato de doação, para análise daquela OM e destruição da arma, se for o caso.

**2.5.8** O militar pode entregar suas armas na OM de origem ou de vinculação, mediante recibo, porém sem indenização, devendo a OM encaminhar as armas ao PAMB-RJ para destruição, quando for o caso, publicar em BIIP o cancelamento do registro da arma e comunicar à DIRAP, que providenciará a alteração do cadastro de arma do militar no SIGMAER.

**2.5.9** A doação/devolução da arma é processada por qualquer OM da Aeronáutica, conforme sistemática a seguir:

- a) a OM emite o Recibo de Doação/Devolução de Armamento (Anexo F);
- b) o recibo assinado pelo Comandante, Chefe, Diretor ou Secretário da OM deve ser entregue ao militar cedente, devendo ser publicado o ato de doação em BIIP e encaminhado por meio de ofício para a DIRAP, assinado digitalmente, via SIGADAER, a cópia do Boletim e do Termo de Doação para alteração do cadastro no SIGMAER e a exclusão da arma do acervo do militar;
- c) a arma deve ser remetida ao PAMB-RJ, pela OM que efetuou o recebimento, juntamente com o Termo de Doação e cópia do BIIP que publicou o ato de doação, para que seja efetuada a análise do armamento e a destruição do mesmo, se for o caso; e
- d) os procedimentos inerentes a remessa ao PAMB-RJ do item bélico entregue para a doação/devolução serão tratados e definidos em norma específica.

## **2.6 EXTRAVIO/RECUPERAÇÃO**

**2.6.1** No caso de perda, extravio, furto ou roubo de arma de fogo, de CRAF ou de CRAF/PAF, bem como de sua recuperação, o militar é obrigado a comunicar imediatamente ao órgão policial mais próximo, remetendo cópia do Registro de Ocorrência (RO) à sua Organização Militar ou unidade de vinculação, que fará a publicação em BIIP.

**2.6.2** A cópia do BIIP que publicou a recuperação ou o extravio da arma de fogo, de CRAF ou de CRAF/PAF e a cópia do RO devem ser encaminhadas, via Ofício, à DIRAP, para alteração do respectivo cadastro no SIGMAER.

## **2.7 REGISTRO E CADASTRO DE ARMAS DE FOGO**

**2.7.1** O registro de arma de fogo dos militares da Aeronáutica é caracterizado pela publicação em BIIP da OM e realizado por solicitação do militar, à sua OM de origem ou de vinculação, que deve encaminhar cópia do boletim de transcrição do deferimento do pedido, a cópia do boletim do registro, cópia da Nota Fiscal e a FCA (Anexo G) preenchida e assinada pelo proprietário e pelo Comandante, Chefe ou Diretor ou Secretário, via ofício para a DIRAP, assinado digitalmente, via SIGADAER, a fim de que seja efetuado o cadastro no SIGMAER.

**2.7.2** Os militares inativos da Aeronáutica devem solicitar o registro de suas armas de fogo às OM da Aeronáutica às quais estiverem vinculados, por intermédio do setor responsável.

**2.7.3** As alterações cadastrais subsequentes a serem remetidas pelas OM à DIRAP devem mencionar na FCA o número do respectivo RO (no caso de extravio), o Termo de Destruição, Autorização de Venda ou de Transferência ou outro documento pertinente.

**2.7.4** Não é concedida autorização para registro e cadastro de arma de fogo para a praça especial e para a praça em prestação de serviço militar inicial, exceto o Aspirante-a-Oficial oriundo de curso de formação de oficiais de carreira.

**2.7.5** O cadastro da arma de fogo de militares da Aeronáutica é realizado pela DIRAP, mediante a inserção no SIGMAER dos dados contidos na FCA, devendo, nessa ocasião, ser expedido o CRAF correspondente à arma objeto do cadastro.

**2.7.6** No ato de passagem para a reserva remunerada, o militar de carreira deve requerer, simultaneamente ao desligamento de sua OM de origem, a atualização do cadastro das suas armas de fogo no SIGMAER, de acordo com a sua nova situação.

**2.7.7** O militar que passar para a reserva não-remunerada, ao ser licenciado ou excluído das fileiras da Aeronáutica, deve procurar o SINARM na Polícia Federal para registrar sua arma na situação de cidadão.

**2.7.8** A OM de origem do militar deve comunicar, via ofício para a DIRAP, assinado digitalmente, via SIGADAER, sobre o cumprimento da situação citada no subitem anterior, encaminhando a cópia da publicação, em BIIP, de cancelamento de registro de arma de fogo no SIGMAER.

**2.7.9** A DIRAP, como órgão central do SIGMAER, atualizará, periodicamente, o banco de dados contendo as informações que migrarão para a DFPC/SIGMA, no Exército Brasileiro.

**2.7.10** O militar que ingresse no País, retornando de residência no exterior, deve regularizar a situação de suas armas adquiridas fora do Brasil, por intermédio de licença prévia de importação requerida ao Chefe do Departamento Logístico, do Comando do Exército, obedecida a legislação em vigor.

## **2.8 CERTIFICADO DE REGISTRO DE ARMA DE FOGO (CRAF)**

**2.8.1** O CRAF é o documento emitido pela DIRAP, contendo os dados do proprietário e da arma de fogo, após ser cadastrada no SIGMAER, sendo fornecido para cada arma que o militar possuir, não valendo como Porte de Arma de Fogo (PAF).

**2.8.2** Os CRAF devem ser assinados pelo Diretor da DIRAP ou por autoridade delegada e encaminhados às OM de vinculação dos militares, para distribuição aos interessados.

**2.8.3** A emissão, o controle de impressão e a distribuição dos CRAF são de competência da DIRAP.

**2.8.4** O CRAF tem validade indeterminada para os militares da ativa e inativos, exceto para os militares temporários, possui abrangência em todo o território nacional, autoriza o seu proprietário a manter a arma de fogo exclusivamente no interior de sua residência ou domicílio, ou dependência destes ou, ainda, no interior da respectiva Unidade, para o Comandante, Chefe, Diretor ou Secretário da OM.

**2.8.5** Os CRAF concedidos aos militares temporários deverão possuir validade de até 01 (um) ano.

**2.8.6** Para o militar da reserva remunerada e os reformados, o CRAF também permite manter a arma de fogo no local de trabalho, desde que ele seja o titular (devidamente definido em contrato social) ou o responsável legal (designado em contrato individual de trabalho, com poderes de gerência) do estabelecimento ou empresa.

**2.8.7** No caso de mudança de OM de vinculação, não há necessidade de substituição do CRAF.

**2.8.8** Por ocasião da passagem para a reserva não-remunerada, a OM de origem deve recolher os CRAF com validade superior a 180 (cento e oitenta) dias da data do provável desligamento do militar, solicitar via ofício para a DIRAP, assinado digitalmente, via SIGADAER, a emissão de um CRAF com validade de 90 (noventa) dias e orientar o militar para que regularize suas armas junto ao SINARM, uma vez que, na qualidade de reservista e cidadão, o registro da arma de fogo para o ex-militar é de competência do SINARM, na Polícia Federal.

**2.8.9** A solicitação citada no item 2.8.8 deve ser efetuada dentro dos 60 (sessenta) dias que antecedem a data provável do desligamento do militar.

**2.8.10** O CRAF recolhido deve ser destruído e o respectivo Termo de Destruição de Documentos deve ser publicado em BIIP, sendo encaminhada a cópia da publicação via ofício para a DIRAP, assinado digitalmente, via SIGADAER.

**2.8.11** O modelo de espelho para formulário de CRAF/PAF é o constante do Anexo H desta Norma.

## **2.9 DO PORTE DE ARMA DE FOGO (PAF)**

**2.9.1** O PAF é o documento obrigatório para portar a arma de fogo, sendo específico para cada arma que o militar possuir, contendo os seguintes dados:

- a) abrangência nacional;
- b) eficácia temporal;
- c) características da arma;
- d) número de cadastro da arma no SIGMAER;
- e) identificação do proprietário da arma; e
- f) assinatura, cargo e função da autoridade expedidora.

**2.9.2** O PAF é expresso como autorização, pessoal e intransferível, para que o militar possa portar arma de fogo, sendo vinculado a uma determinada arma particular, devidamente cadastrada no SIGMAER e tem abrangência em todo o território nacional.

**2.9.3** A autorização a que se refere o item 2.9.2 consta do CRAF/PAF, conforme a Portaria Normativa nº 1.369/MD, de 25 de novembro de 2004, constituindo-se em documento obrigatório para portar a arma, juntamente com a Identidade Militar.

**2.9.4** Não é autorizado o uso de arma de fogo de propriedade particular em serviço específico de guarda e segurança de instalações militares.

**2.9.5** O PAF é deferido aos militares da Aeronáutica em razão do desempenho de suas funções institucionais e deve ser adotado para os oficiais e praças do COMAER, na ativa e na inatividade.

**2.9.6** O PAF é o documento emitido pela DIRAP, mediante solicitação do interessado, e publicado em BIIP, por intermédio do Setor responsável da OM a que pertença ou esteja vinculado.

**2.9.7** Para as praças sem estabilidade assegurada, o PAF deve ser solicitado, via requerimento (Anexo I), pelo interessado ao Comandante, Chefe, Diretor ou Secretário da OM a qual pertença ou esteja vinculado, para deferimento ou não.

**2.9.8** No caso de deferimento de solicitação de PAF, descrito no item 2.9.7, por parte do Comandante, Chefe, Diretor ou Secretário de OM, a cópia da publicação de Concessão/Autorização de PAF deve ser encaminhada via ofício para a DIRAP, assinado digitalmente, via SIGADAER, para a expedição do PAF.

**2.9.9** É garantido o PAF para os oficiais, bem como para as praças com estabilidade assegurada que preencham os requisitos desta Norma, devendo a concessão ser publicada em BIIP da OM de origem ou de vinculação do militar.

**2.9.10** Após a emissão dos PAF, a DIRAP deverá encaminhá-los às OM solicitantes para distribuição aos interessados.

**2.9.11** O Diretor da DIRAP poderá delegar competência para a assinatura dos CRAF/PAF, a qual deve ser publicada em BIIP.

**2.9.12** Os militares que possuem PAF com validade indeterminada, ao passarem para a reserva remunerada ou serem reformados, para conservarem a autorização de PAF de sua propriedade, ficam dispensados da realização do TAAP, devendo a sua OM de origem publicar o item de renovação de PAF, com validade de 10 (dez) anos, a contar da publicação da passagem para a reserva ou reforma do militar (no BCA), bem como informar via ofício para a DIRAP, assinado digitalmente, via SIGADAER, qual será a OM de vinculação de destino do militar para que seja remetido o novo PAF.

**2.9.13** Os PAF com validade indeterminada de que trata o item 2.9.12 devem ser recolhidos e processados conforme item 2.8.10 desta Norma, pela OM de vinculação do militar.

**2.9.14** Os militares da reserva remunerada ou reformados, para conservarem a autorização de PAF de sua propriedade, devem submeter-se, a cada 10 (dez) anos, ao Teste de Avaliação da Aptidão Psicológica (TAAP), a ser aplicado por psicólogo credenciado pela Polícia Federal.

**2.9.15** Os militares em prestação de tarefa por tempo certo (PTTC) estão dispensados da realização do TAAP.

**2.9.16** É facultado aos militares inativos, quando da renovação do PAF, a realização do TAAP 60 (sessenta) dias antes da data de sua apresentação anual ao órgão controlador de inativos e pensionistas da OM a qual esteja vinculado ou da data de vencimento do PAF.

**2.9.17** No caso de inaptidão psicológica, o militar pode realizar, após 90 (noventa) dias a partir da data da divulgação oficial do resultado do teste, um novo exame, em grau de recurso, cujas despesas correrão por conta do interessado.

**2.9.18** Caso seja confirmada a inaptidão psicológica para o manuseio da arma de fogo, a OM de vinculação do militar deve providenciar para que sejam cumpridas as exigências legais e comunicar formalmente aos seus familiares, ao administrador da herança ou ao curador, conforme o caso, sobre a inabilitação no TAAP.

**2.9.19** O titular do CRAF/PAF deverá observar os seguintes princípios, no que se refere aos cuidados com a arma de fogo e munição:

- a) não transitar ostensivamente ou com ela adentrar ou permanecer em locais públicos, tais como clubes, bares, restaurantes, cafés, igrejas, escolas, cassinos, campos de futebol, cinemas, teatros, praias ou qualquer outro local onde haja grande concentração de pessoas;
- b) guardar a arma e munição em lugar seguro, longe do alcance de crianças;
- c) não manejar armas em presença de crianças e em local inadequado;
- d) verificar sempre o estado da arma (carregada ou não) antes de manuseá-la;
- e) embora possuindo CRAF/PAF, é proibida a utilização da arma particular em serviços externos de segurança ou outra qualquer atividade, pois a concessão objetiva tão somente à segurança pessoal.

**2.9.20** A não observância do disposto no subitem anterior implica na cassação do documento e apreensão da arma pela autoridade competente, que adotará as medidas legais pertinentes.

**2.9.21** Aplica-se também a cassação do PAF e a apreensão da arma, ao militar que conduzir o armamento em estado de embriaguez ou sob o efeito de drogas ou medicamentos que provoquem alteração do desempenho intelectual ou motor, com a adoção de medidas legais pertinentes pela autoridade competente.

**2.9.22** Para os militares da ativa, a validade do PAF é indeterminada enquanto permanecerem nessa situação, e quando passarem para inatividade deverão solicitar o PAF com validade de 10 (dez) anos, sem a aplicação do TAAP. Para os militares da reserva remunerada e os reformados, a validade é de 10 (dez) anos, devendo ser solicitado pelo militar a expedição e renovação mediante a realização do TAAP, cujas despesas correrão por conta do interessado.

**2.9.23** Quando da passagem para a reserva remunerada ou sendo reformado, o PAF com validade indeterminada deverá ser devolvido à Seção de Investigação e Justiça ou outro Setor para isso designado, da Organização Militar a que o militar estiver vinculado, para que seja fornecido outro PAF, conforme o item anterior.

**2.9.24** O militar, ao passar para a reserva não-remunerada, terá seu CRAF/PAF recolhido por sua OM de vinculação e receberá um novo CRAF com validade de 90 (noventa) dias, prazo no qual deve regularizar a situação de sua arma junto à Polícia Federal, registrando-a e cadastrando-a no SINARM, e comunicar tal fato para a última OM em que serviu.

**2.9.25** À praça da ativa da Aeronáutica, sem estabilidade assegurada, pode ser concedido o PAF, a critério do Comandante Chefe ou Diretor ou Secretário, mediante o preenchimento de requerimento do interessado (Anexo I).

**2.9.26** Para que seja concedido o PAF, os militares devem atender os seguintes requisitos:

- a) estar no bom comportamento;

- b) possuir conduta ilibada na vida pública e particular;
- c) se praça sem estabilidade assegurada, ter sido aprovado em Teste de Aptidão de Tiro (TAT), avaliação da capacidade técnica, com arma do mesmo tipo do porte pretendido, aplicado por Instrutor de Tiro da Aeronáutica;
- d) se militar da ativa, estar com a inspeção de saúde atualizada;
- e) se militar reformado, ter sido considerado apto no TAAP;
- f) não estar indiciado em IPM e/ou processo criminal na Justiça Comum ou Militar; e
- g) demonstrar a efetiva necessidade de portar arma de fogo.

**2.9.27** O não atendimento de um ou mais dos requisitos previstos no item 2.9.26, implica no indeferimento para a concessão do porte.

**2.9.28** O militar terá imediatamente cancelada a concessão de PAF quando for:

- a) considerado inapto em TAAP para manuseio de arma de fogo, depois de esgotados os recursos cabíveis ou quando em fase de avaliação de recurso;
- b) reformado por alienação mental;
- c) detido portando arma de fogo em estado de embriaguez alcoólica ou sob efeito de substâncias químicas ou alucinógenas, com ocorrência lavrada, independente de condenação;
- d) indiciado em Inquérito Policial Militar ou Civil, ou em processo criminal por infrações penais cometidas por violência, grave ameaça contra a incolumidade pública ou contra a segurança de Estado;
- e) indiciado por um ou mais dos crimes previstos na Lei nº 10.826, de 2003, ou, ainda, por roubo, ameaça ou outros relacionados com o mau uso da arma de fogo; e
- f) considerado como desertor, extraviado, desaparecido, interditado ou falecido.

**2.9.29** A OM de vinculação do militar deve comunicar, formalmente, ao próprio e aos seus familiares a inabilitação no TAAP e o consequente cancelamento do PAF.

**2.9.30** Os portes de arma de fogo concedidos aos militares temporários deverão possuir validade de até 01 (um) ano.

## **2.10** TESTE DE APTIDÃO DE TIRO (TAT)

**2.10.1** Para que seja comprovada pela praça sem estabilidade assegurada a capacidade técnica para o manuseio da arma de fogo, para fins de obtenção do respectivo PAF, o militar deve ser submetido e aprovado no TAT.

**2.10.2** Compete ao Comandante, Chefe, Diretor ou Secretário da praça requerente de PAF determinar providências no sentido de se realizar o TAT para a concessão de PAF.

**2.10.3** Para que seja comprovada a capacitação para portar arma de fogo, a praça deve demonstrar:



- a) conhecimento das normas de segurança para o manuseio de arma de fogo;
- b) conhecimento básico das partes componentes da sua arma;
- c) conhecimento da legislação em vigor para o porte de arma, bem como dos crimes previstos em Lei; e
- d) capacitação prática para a arma objeto do pleito de porte.

**2.10.4** Será de responsabilidade da OM do requerente ao PAF manter em arquivo as provas teóricas e o TAT.

## **2.11 INSTRUÇÕES PARA APLICAÇÃO DO TAT**

**2.11.1** Estas instruções têm a finalidade de orientar o Oficial de Tiro da OM na montagem e na aplicação do TAT, e o pretendente ao porte de arma de fogo sobre quais os requisitos que deverão ser atendidos.

**2.11.2** O TAT será composto de duas partes: uma Teórica e outra Prática. A OM de vinculação do militar deverá elaborar o banco de dados das questões referentes à prova escrita e será responsável pela aplicação das provas aos pretendentes de PAF na OM, a manutenção do sigilo das provas, bem como arquivar os resultados destas.

**2.11.3** A fase teórica deverá conter, no mínimo, 20 (vinte) questões do tipo múltipla escolha, que serão formuladas pelo Oficial de Tiro da OM, abrangendo os seguintes aspectos:

### **2.11.3.1 Sobre a arma:**

- a) princípio de funcionamento;
- b) segurança;
- c) manuseio da arma descarregada e carregada;
- d) alimentação/carregamento;
- e) disparo; e
- f) procedimentos após o tiro.

### **2.11.3.2 Sobre o porte:**

- a) procedimentos gerais do porte da arma em via pública e penalidades previstas na Lei nº 10.826/2003 e alterações posteriores;
- b) implicações no disparo, posse ou porte ilegal de arma de fogo; e
- c) excludentes de ilicitude (Legítima Defesa, Estado de Necessidade e Estrito Cumprimento do Dever Legal), segundo Código Penal e o Código Penal Militar.

**2.11.4** Será considerado aprovado na prova escrita o militar que obtiver média igual ou superior a 6 (seis).

**2.11.5** As questões referentes a procedimentos de segurança no manuseio da arma deverão ter como fonte de consulta o MCA 50-1 “Manual de Instrução de Tiro com Armamento Terrestre no Âmbito do Comando da Aeronáutica”.

**2.11.6** A Fase Prática constará de uma demonstração pelo candidato do manuseio dentro das normas de segurança com a arma descarregada, alimentada/carregada e uma série de disparo de 10 (dez) tiros, em alvo P-3 ou equivalente, sob a orientação de um Instrutor de Tiro, sem tempo determinado, com a arma que se está pretendendo obter o porte.

**2.11.7** É de responsabilidade do militar interessado o provimento da arma e da munição para a realização da prova prática.

**2.11.8** Serão considerados aprovados os militares candidatos que obtiverem proficiência igual ou superior a 60% (sessenta por cento) dos tiros efetuados.

**2.11.9** Os resultados do TAT devem ser computados na Ficha de Tiro Individual do militar da ativa e publicados em BIIP da OM, a qual o interessado esteja vinculado.

**2.11.10** Essa avaliação será realizada em Estande de Tiro para Armas Portáteis da OM de vinculação ou OM apoiadora.

## **2.12 INSTRUÇÕES SOBRE A ARMA E PORTE**

**2.12.1** Com a finalidade de se atingir conhecimentos mínimos necessários pelos militares candidatos ao PAF, deverá ser ministrada, por Instrutor de Tiro da Força Aérea, instrução abrangendo os tópicos citados nos itens 2.11.3.1 e 2.11.3.2.

**2.12.2** Somente estarão autorizados a participar da instrução, bem como do TAT, os militares que satisfizerem os critérios previstos no item 2.9.26 desta Norma.

**2.12.3** Quando o militar tiver que transportar sua arma para o local onde fará o TAT, terá que solicitar a Guia de Tráfego (GT) à OM que esteja vinculado, para o traslado de casa para o estande de tiro e do estande para casa, conforme modelo contido no Anexo K, observando o contido no item 2.16 desta Norma.

**2.12.4** O TAT terá validade indeterminada para arma da mesma espécie e calibre.

**2.12.5** Não será aplicado novo teste de aptidão de tiro para a renovação de porte de arma de fogo da mesma espécie e calibre do teste já realizado.

**2.12.6** Quando se tratar de uma arma da mesma espécie e calibre da arma de dotação funcional do militar, o teste é dispensado.

**2.12.7** Os casos não previstos serão resolvidos pelo Senhor Diretor da DIRAP.

## **2.13 TESTE DE AVALIAÇÃO DA APTIDÃO PSICOLÓGICA (TAAP)**

**2.13.1** Os Oficiais e praças do COMAER transferidos para a reserva remunerada ou reformados, para conservarem autorização de PAF, devem submeter-se, a cada 10 (dez) anos, ao TAAP a que faz menção ao Art. 30 do Decreto nº 9.847, de 25 de Junho de 2019. Os militares em Prestação de Tarefa por Tempo Certo (PTTC) estão dispensados da realização do TAAP.

**2.13.2** Ao final do prazo estabelecido no item 2.13.1, os militares inativos serão submetidos ao TAAP a que faz menção o Decreto nº 9.847, de 25 de Junho de 2019.

**2.13.3** No caso de inaptidão psicológica, o militar poderá recorrer após 90 (noventa) dias a partir da data de divulgação oficial do resultado do teste, para a realização de um novo exame, em grau de recurso.

**2.13.4** Caso seja confirmada a inaptidão psicológica para o manuseio da arma de fogo, a OM de vinculação deve providenciar para que sejam cumpridas as exigências legais e comunicar formalmente aos seus familiares ou ao curador, conforme o caso, sobre a inabilitação no TAAP.

**2.13.5** Somente os profissionais registrados nos Conselhos Regionais de Psicologia, credenciados pela Polícia Federal, estarão habilitados a aplicar o TAAP aos militares do COMAER.

## **2.14** GUIA DE TRÁFEGO (GT) PARA PESSOA FÍSICA

**2.14.1** O militar proprietário de arma de fogo cadastrada, que não possua PAF da mesma, deve, em caso de mudança de domicílio, movimentação ou outra situação que implique no transporte da arma, solicitar à OM a que esteja vinculado a expedição de GT para pessoa física, observando o contido no item 2.16 desta Norma.

**2.14.2** É obrigatória a apresentação do CRAF e da Identidade Militar do proprietário, quando transportando arma com GT.

**2.14.3** A GT não tem valor de PAF.

**2.14.4** A GT dá respaldo legal ao militar para o transporte de suas armas, devidamente desmuniçadas e acondicionadas em bolsa, mala ou pacote, até o local de destino, no prazo descrito, devendo a munição estar também acondicionada em bolsa, mala ou pacote, em separado da arma.

**2.14.5** A GT pode ser expedida para uma única arma ou para a totalidade do acervo do militar.

**2.14.6** No caso de transporte aéreo, apresentar uma via no balcão de *check-in* da empresa aérea.

### **2.14.7** INSTRUÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DA GT:

- 1) Número da Guia de Tráfego (número sequencial de controle dentro no ano). Exemplo: Guia de Tráfego nº 001/2019;
- 2) Ano de criação da Guia, conforme exemplo acima;
- 3) OM de vinculação do militar;
- 4) Data de validade do documento;
- 5) Nome do proprietário;
- 6) Número(s) do(s) CRAF(s): preencher com o(s) número(s) do(s) CRAF(s) da(s) arma(s);
- 7) CPF do proprietário da(s) arma(s);
- 8) Identidade do proprietário da(s) arma(s);
- 9) Telefone do proprietário da(s) arma(s);

- 10) Local de origem;
- 11) Local de destino;
- 12) Tabela com as informações sobre a(s) arma(s) que vai (serão) transportada(s);
- 13) Selo de Autenticidade. É obrigatória a presença do selo;
- 14) Responsável pela emissão da GT; e
- 15) Local e data de emissão da GT.

## **2.15 DA COBRANÇA DE TAXAS**

**2.15.1** Conforme previsto na Lei nº 10.834, de 29 de dezembro de 2003, os militares da Aeronáutica deverão efetuar o pagamento, via Guia de Recolhimento da União (GRU), das seguintes taxas:

- a) Autorização para aquisição de Produtos Controlados – R\$ 25,00 – COD. 41; e
- b) Autorização para Tráfego Interno de Produtos Controlados (GT) – R\$ 8,00 – COD. 66.

**2.15.1.1** O pagamento descrito na letra “a” do item 2.15.1 refere-se às novas aquisições e transferências de propriedade de arma de fogo, assim como aquisição de acessórios, não contemplando a aquisição de munição.

**2.15.1.2** O comprovante de pagamento da Autorização para aquisição de Produtos Controlados – R\$ 25,00 – COD. 41 deverá ser encaminhado, juntamente com os Anexos A, C ou D, para a DIRAP.

**2.15.2** As taxas previstas, conforme item 2.15.1 devem ser pagas em qualquer agência do Banco do Brasil S/A, em nome do Fundo do Exército, por intermédio de guias específicas “GRU” disponibilizados no site do Tesouro Nacional.

## **2.15.3 DA GRU**

**2.15.3.1** A GRU é o documento obrigatório utilizado para o pagamento das taxas e multas inerentes à fiscalização de produtos controlados.

**2.15.3.2** Deve ser utilizada a GRU – Simples, com recolhimento obrigatório nas agências do Banco do Brasil.

**2.15.3.3** Para efetuar o pagamento das taxas de que trata o item 2.15.1 desta Norma, o militar deverá proceder da seguinte maneira:

- a) acessar o site da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados – DFPC ([www.dfpc.eb.mil.br](http://www.dfpc.eb.mil.br)), na internet, e certificar-se das orientações para o preenchimento da GRU;
- b) para preencher e imprimir o formulário, acessar o site do Tesouro Nacional [https://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru\\_novosite/gru\\_simples.asp](https://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru_novosite/gru_simples.asp);
- c) realizar os preenchimentos dos campos, da seguinte maneira:
  - 1) Unidade Gestora – cod. 167.086;
  - 2) Gestão – cod. 00001 – Tesouro Nacional;
  - 3) Nome da Unidade – Fundo do Exército; e

- 4) Código de Recolhimento – 11300-0 – Taxa de Fiscalização de Produtos Controlados Exército.
- d) dirigir-se a qualquer agência do Banco do Brasil, de posse do formulário, para efetuar o pagamento da taxa; e
- e) apresentar recibo autenticado pelo Banco do Brasil na sua OM de vinculação.

**2.15.4** No âmbito da Aeronáutica foi adotado o código 303, o qual deve ser apostado no campo “NÚMERO DE REFERÊNCIA” da GRU.

## **2.16 DO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS COM AUTORIZAÇÃO DE PORTE**

**2.16.1** O transporte de arma de fogo em aeronave de transporte público de passageiros é regulado pelos Ministérios da Defesa e da Justiça.

**2.16.2** A legislação em vigor, PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA DA AVIAÇÃO CIVIL – PNAVSEC, estabelece na Seção V - Do Despacho de Arma de Fogo, de Munição e do Embarque de Passageiro Armado, em seu Art. 152: “O embarque de passageiro com arma de fogo deve se restringir aos servidores governamentais autorizados, levando-se em conta os aspectos relativos à necessidade, à segurança de voo e à segurança da aviação civil, atendendo aos atos normativos da ANAC, em coordenação com a PF.”.

## **2.17 DA DOAÇÃO À POLÍCIA FEDERAL DE ARMA ADQUIRIDA LEGALMENTE**

Os militares do COMAER proprietários de armas de fogo adquiridas legalmente podem, a qualquer tempo, entregá-las à Polícia Federal, mediante recibo, desde que não sejam brasonadas.

## **2.18 DAS ARMAS DE FOGO INCLUÍDAS EM ESPÓLIO**

**2.18.1** Os herdeiros civis do militar falecido devem regularizar a situação das armas de fogo incluídas em espólio, da seguinte forma:

- a) devolvendo-as à Aeronáutica, se forem de posse temporária (brasonadas);
- b) entregando-as à Aeronáutica ou transferindo-as para quem possa ter a posse legal; e/ou
- c) entregando-as à Polícia Federal, caso não queira permanecer com elas.

**2.18.2** No caso de o herdeiro ser militar, as armas devem ser regularizadas junto a sua OM de origem ou de vinculação.

## **2.19 DA REGULARIZAÇÃO DA ARMA DE FOGO DO MILITAR QUE RETORNA DO EXTERIOR**

O militar que ingresse no País retornando de residência no exterior deve regularizar as suas armas adquiridas fora do Brasil, por meio de licença prévia de importação requerida ao Chefe do Departamento Logístico, do Comando do Exército, obedecida a legislação em vigor.

## **2.20 DA SEGURANÇA DE AUTORIDADES OU DE DIGNITÁRIOS**

Os Oficiais e praças envolvidos em serviço de segurança de autoridades ou de dignitários devem observar os seguintes procedimentos com relação ao uso de armas de fogo institucionais:

- a) no caso de segurança ostensiva (militar fardado), o mesmo deve portar ordem de serviço assinada pelo seu Comandante, Chefe, Diretor ou Secretário e carteira de identidade; e
- b) no caso de segurança velada, o militar deve portar, além de ordem de serviço e ou missão, uma cautela específica para a arma em uso na missão e carteira de identidade.

## **2.21 DOS CRIMES**

**2.21.1** O militar que disparar arma de fogo ou acionar munição em lugar habitado ou nas suas adjacências, em via pública ou em direção a ela comete crime, com as penas cominadas na Lei nº 10.826, de 2003.

**2.21.2** O militar que possuir arma não registrada ou portá-la sem autorização comete crime, com as penas cominadas na Lei nº 10.826, de 2003.

### 3 ATRIBUIÇÕES

#### 3.1 DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES

**3.1.1** Após o deferimento do CRAF/PAF ao militar pertencente ao seu efetivo ou a si vinculado e, ainda, qualquer alteração nesse registro, o Comandante, Chefe, Diretor ou Secretário da OM deve efetuar a publicação em BIIP da OM e encaminhar a documentação, via ofício para a DIRAP, assinado digitalmente, via SIGADAER, para que os dados sejam inseridos ou alterados no SIGMAER, devendo também:

- a) analisar criteriosamente as autorizações para as aquisições de munições, na indústria ou no comércio, solicitadas pelos militares do seu efetivo ou a si vinculados;
- b) analisar criteriosamente, por intermédio de consultas ao SIGMAER/DIRAP, as autorizações para as aquisições de armas de fogo, solicitadas pelos militares do seu efetivo ou a si vinculados;
- c) autorizar, após análise, as solicitações de transferência de armas de fogo dos militares do seu efetivo ou a si vinculados, encaminhando via ofício para a DIRAP, assinado digitalmente, via SIGADAER, para fins de publicação em BCA IP, quando tratar de transferências entre militares de OM distintas e Civis e militares das Forças Singulares ou, ainda, militares das Forças Auxiliares. A publicação em BCA IP deverá ser transcrita em BIIP;
- d) analisar, de acordo com os critérios estabelecidos nesta Norma, as solicitações para a concessão de PAF às praças pertencentes ao seu efetivo ou a si vinculadas;
- e) publicar em BIIP da OM qualquer ocorrência relativa ao extravio de armas do fogo, de CRAF e de PAF dos militares pertencentes ao seu efetivo ou a si vinculados, devendo encaminhar via ofício para a DIRAP, assinado digitalmente, via SIGADAER, a documentação pertinente para alteração no cadastro do SIGMAER e a atualização do status da arma no acervo do militar;
- f) controlar as datas de renovação dos CRAF/PAF dos militares temporários, da reserva remunerada e dos reformados a si vinculados;
- g) controlar o registro e o trâmite das armas de fogo dos militares falecidos, interditados ou transferidos para a reserva não-remunerada, observando os procedimentos estabelecidos nesta Norma, devendo comunicar, via ofício para a DIRAP, assinado digitalmente, via SIGADAER para alteração no cadastro do SIGMAER;
- h) orientar os militares transferidos para a reserva não-remunerada quanto à necessidade do registro e do cadastro das suas armas de fogo serem transferidos para a Polícia Federal e para o SINARM, respectivamente, devendo publicar em BIIP da OM essa situação e comunicar, via ofício para a DIRAP, assinado digitalmente, via SIGADAER, para alteração do cadastro no SIGMAER;
- i) comunicar, de maneira formal e imediata, aos militares da reserva remunerada ou os reformados a si vinculados, se for o caso, e aos seus familiares a inabilitação dos mesmos em grau de recurso no TAAP para a renovação do PAF, bem como providenciar o cancelamento das concessões

- de PAF, publicando-o em BIIP da OM e comunicando via ofício para a DIRAP, assinado digitalmente, via SIGADAER, para alteração do cadastro no SIGMAER, providenciando para que sejam cumpridos os procedimentos legais;
- j) providenciar o cancelamento do CRAF/PAF do militar a si vinculado, no caso do seu falecimento ou interdição, devendo publicar em BIIP da OM e comunicar via ofício para a DIRAP, assinado digitalmente, via SIGADAER, para alteração de cadastro e atualização do status da arma de fogo no acervo do militar, devendo ser observado o cumprimento dos procedimentos legais;
  - k) confeccionar os modelos constantes dos anexos desta Norma, exceto os CRAF/PAF que são impressos e distribuídos pela DIRAP;
  - l) analisar criteriosamente as autorizações para as aquisições de munições solicitadas pelos militares do seu efetivo, bem como, para os militares da reserva remunerada e os reformados a si vinculados;
  - m) quando houver movimentação de militar possuidor de arma de fogo com CRAF sem autorização de porte, a OM de origem deverá emitir a Guia de Tráfego (GT) da arma do militar movimentado para a OM de destino, com duração máxima de 30 (trinta) dias de trânsito; e
  - n) controlar, por intermédio do setor responsável, a realização do TAT dos militares sem estabilidade assegurada.

### **3.2 DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**

**3.2.1** Como órgão central do SIGMAER, deve fiscalizar e controlar as armas de uso particular dos militares do COMAER. Devendo também:

- a) analisar criteriosamente os pedidos para as autorizações de aquisições de armas solicitadas pelos militares do COMAER;
- b) cadastrar as armas particulares no SIGMAER, bem como consultar a Polícia Federal, SINARM, sobre a origem da arma, se for o caso, e expedir os CRAF e os PAF;
- c) orientar e normatizar os procedimentos de controle de armas de uso particular por intermédio da emissão às OM de documentos e legislações pertinentes ao SIGMAER;
- d) atualizar o aplicativo contendo a base de dados do SIGMAER, bem como os equipamentos necessários para a operacionalização do sistema, promovendo, juntamente com o Centro de Computação da Aeronáutica do Rio de Janeiro (CCA-RJ) e com o Centro de Inteligência da Aeronáutica (CIAER), a orientação para a operação dos softwares de funcionamento e dos sistemas de criptografia dos dados;
- e) coordenar, juntamente com os órgãos da Aeronáutica responsáveis pelo gerenciamento de Informática, a interligação do banco de dados do SIGMAER com o Comando do Exército; e
- f) como integrante do SIGMA, coordenar com a DFPC a integração das informações contidas no banco de dados da Aeronáutica, mantendo a atualização dessas informações para migração, conforme a periodicidade estabelecida pelo Exército Brasileiro.



#### **4 DISPOSIÇÕES FINAIS**

**4.1** Esta Norma entra em vigor na data de sua publicação.

**4.2** Os ofícios enviados a DIRAP, assinados digitalmente, via SIGADAER, referentes à arma de fogo de uso particular, deverão conter no corpo do documento o nome, CPF e Nr Ordem dos militares envolvidos, vinculando-os aos respectivos anexos.

**4.3** Os ofícios remetidos à DIRAP, relativos à arma de fogo de uso particular, deverão vir assinados digitalmente, via SIGADAER, pelo Comandante, Chefe, Diretor ou Secretário da Organização Militar do interessado, podendo os mesmos delegar tal competência.

**4.4** Todas as cópias anexadas aos documentos referentes a armas de fogo de uso particular deverão estar autenticadas.

**4.5** Permanece proibido o registro de arma de fogo sem a apresentação de comprovante de origem lícita da posse ou da competente Nota Fiscal de compra.

**4.6** Os processos relativos à arma de fogo de uso particular serão tratados como Informações Pessoais, de acordo com o Art. 4º, Inciso IV e Art. 31, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação (LAI), e deverão ser acompanhados de declaração dos interessados autorizando a tramitação eletrônica dos seus dados pessoais, pelos meios de Gerenciamento de Documentos utilizados no COMAER.

**4.7** Os casos não previstos nesta Norma serão submetidos à apreciação do Comandante-Geral de Pessoal, por intermédio da DIRAP.

## REFERÊNCIA

BRASIL. Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. Diário Oficial, Brasília, de 11 de dezembro de 1980.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.834, de 29 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a Taxa de Fiscalização dos Produtos Controlados pelo Exército Brasileiro - TFPC e altera dispositivos do Decreto nº 24.602, de 6 de julho de 1934, que dispõe sobre instalação e fiscalização de fábricas e comércio de armas, munições, explosivos, produtos químicos agressivos e matérias correlatas.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.706, de 19 de junho de 2008. Conversão da Medida Provisória nº 417, de 2008. Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.123, de 1º de julho de 2004. Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de armas – SINARM e define crimes.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 8.935, de 19 de dezembro de 2016. Altera o Decreto nº 5.123, de 1º de julho de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de armas – SINARM e define crimes.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 9.493, de 5 de setembro de 2018. Dá nova redação ao Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados (R-105).

\_\_\_\_\_. Decreto nº 9.845, de 25 de junho de 2019. Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro e a posse de armas de fogo e de munição.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 9.846, de 25 de junho de 2019. Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre o registro, o cadastro e a aquisição de armas e de munições por caçadores, colecionadores e atiradores.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 9.847, de 25 de junho de 2019. Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 10.030, de 30 de setembro de 2019. Aprova o Regulamento de Produtos Controlados.

\_\_\_\_\_. Portaria Normativa nº 40-MD, de 17 de janeiro de 2005. Define a quantidade de munição e os acessórios que cada proprietário de arma de fogo poderá adquirir.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 132/GC3, de 4 de março de 2010. Aprova as Normas que regulam o Registro, o Cadastro, o Porte de Arma de Fogo e a utilização de Armas e Munição de uso Particular, no âmbito do Comando da Aeronáutica e dá outras providências (NR) - Portaria COMGAP nº R-8/4EM, de 21 de novembro de 2012.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 025-DMB, de 22 de dezembro de 1998. Aprova as Normas para a Aquisição e Utilização das Armas e Munições de Calibres Restritos ou Proibidos. Comando do Exército.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 036-DMB, de 9 de dezembro de 1999. Aprova as normas que regulam o comércio de armas e munições. Comando do Exército.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 013-Res, de 7 de novembro de 2005, Comando do Exército. Autoriza a aquisição de armas de uso restrito, na indústria nacional, para uso próprio, por oficiais de carreira e por subtenentes, suboficiais e sargentos de carreira estabilizados das Forças Armadas e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 1.222, de 12 de agosto de 2019, Comando do Exército. Dispõe sobre parâmetros de aferição e listagem de calibres nominais de armas de fogo e das munições de uso permitido e restrito e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 126 - COLOG, de 22 de outubro de 2019, Comando do Exército. Dispõe sobre a aquisição, o registro, o cadastro, a transferência, o porte e o transporte de arma de fogo; e a aquisição de munições e de acessórios de arma de fogo por militares do Exército, em serviço ativo ou na inatividade.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 137 - COLOG, de 08 de novembro de 2019, Comando do Exército. Altera a Portaria nº 126 - COLOG, de 22 de outubro de 2019, que dispõe sobre a aquisição, o registro, o cadastro, a transferência, o porte e o transporte de arma de fogo; e a aquisição de munições e de acessórios de arma de fogo por militares, em serviço ativo ou na inatividade.

\_\_\_\_\_. Medida Provisória nº 379, de 28 de junho de 2007. Dispõe sobre registro e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas.

\_\_\_\_\_. Medida Provisória nº 417, de 31 de janeiro de 2008. Conversão da Medida Provisória nº 379, de 2007.

## Anexo A–Autorização para Aquisição de Armamento

**INFORMAÇÃO PESSOAL**

**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
(NOME DAOM)

**PEDIDO DE AQUISIÇÃO DE ARMAMENTO DE USO (PERMITIDO OU RESTRITO)****IDENTIFICAÇÃO DOMILITAR**

Posto/Graduação: \_\_\_\_\_ Situação: ( ) Ativa ( ) Reserva ( ) Reformado

Nome: \_\_\_\_\_

Cartão de Identidade: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Saram nº: \_\_\_\_\_

Endereço Residencial: \_\_\_\_\_

**ESPECIFICAÇÃO DAARMA**

Tipo: \_\_\_\_\_ Marca: \_\_\_\_\_ Calibre: \_\_\_\_\_

**ESPECIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL**

Razão Social da Empresa: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

**LOCAL DE ENTREGA**

Endereço para a entrega: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(Posto/Grad/Esp e nome do militar adquirente)

Local e Data:

\_\_\_\_\_  
(Ch da SIJ)\_\_\_\_\_  
(Cmt, Ch, Dir ou Sec deOM)

## Anexo B—Autorização para Aquisição de Munição

**INFORMAÇÃO PESSOAL****MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
(NOME DAOM)****PEDIDO DE AQUISIÇÃO DE MUNIÇÃO DE USO (PERMITIDO OU RESTRITO)****IDENTIFICAÇÃO DO MILITAR**

Posto/Graduação: \_\_\_\_\_ Situação: ( ) Ativa ( ) Reserva ( ) Reformado

Nome: \_\_\_\_\_

Cartão de Identidade: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Saram nº: \_\_\_\_\_

Endereço Residencial: \_\_\_\_\_

**ESPECIFICAÇÃO DA MUNIÇÃO**

Tipo: \_\_\_\_\_ Marca: \_\_\_\_\_ Calibre: \_\_\_\_\_ Quantidade: \_\_\_\_\_

**ESPECIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL**

Razão Social da Empresa: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

**LOCAL DE ENTREGA**

Endereço para a entrega: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(Posto/Grad/Esp e nome do militar adquirente)

Local e Data:

\_\_\_\_\_  
(Ch da SIJ)

Autorização:

\_\_\_\_\_  
(Cmt, Ch, Dir ou Sec deOM)

## Anexo C – Autorização para Aquisição de Acessórios

**INFORMAÇÃO PESSOAL****MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
(NOME DA OM)****PEDIDO DE AQUISIÇÃO DE ACESSÓRIOS****IDENTIFICAÇÃO DO MILITAR**

Posto/Graduação: \_\_\_\_\_ Situação: ( ) Ativa ( ) Reserva ( ) Reformado

Nome: \_\_\_\_\_

Cartão de Identidade: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Saram nº: \_\_\_\_\_

Endereço Residencial: \_\_\_\_\_

**ESPECIFICAÇÃO DO ACESSÓRIO**

Descrição: \_\_\_\_\_

Quantidade: \_\_\_\_\_

**ESPECIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL**

Razão Social da Empresa: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(Posto/Grad/Esp e nome do militar adquirente)

Local e Data:

\_\_\_\_\_  
(Ch da SIJ)\_\_\_\_\_  
(Cmt, Ch, Dir ou Sec de OM)

## Anexo D - Autorização para Transferência de Propriedade de Arma de Fogo

**INFORMAÇÃO PESSOAL****MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
(NOME DA OM)****AUTORIZAÇÃO PARA TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE DE ARMA DE  
FOGO DE USO (PERMITIDO OU RESTRITO)****IDENTIFICAÇÃO DO MILITAR/CIVIL QUE TRANSFERE A ARMA(cedente)**

Posto/Graduação (caso seja militar): \_\_\_\_\_ Situação: ( ) Ativo ( ) Inativo ( ) Civil

Nome: \_\_\_\_\_

RG/Emissor: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_ Saram n°: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

**IDENTIFICAÇÃO DO MILITAR/CIVIL QUE RECEBE A ARMA (cessionário)**

Posto/Graduação (caso seja militar): \_\_\_\_\_ Situação: ( ) Ativo ( ) Inativo ( ) Civil

Nome: \_\_\_\_\_

RG/Emissor: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_ Saram n°: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

**ARMA A SER TRANSFERIDA**

Tipo: \_\_\_\_\_ Marca: \_\_\_\_\_ Modelo: \_\_\_\_\_

Calibre: \_\_\_\_\_ N° de série: \_\_\_\_\_ Capacidade: \_\_\_\_\_

Local eData:

\_\_\_\_\_  
Assinatura do cedente\_\_\_\_\_  
Assinatura do cessionário\_\_\_\_\_  
(Ch da SIJ)\_\_\_\_\_  
(Cmt,Ch,Dir ou Sec de OM)

\*Obs.: este anexo aplica-se às transferências entre militares, entre militares e civis e entre civis e militares.

## Anexo E - Termo de Doação de Arma de Fogo ao Comando da Aeronáutica

**INFORMAÇÃO PESSOAL**

**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
 (NOME DA OM)

**TERMO DE DOAÇÃO DE ARMA DE FOGO AO COMANDO DA AERONÁUTICA**

Termo nº \_\_\_\_/OM/ANO

Aos .....dias do mês de ..... do ano de ....., reuniram-se na(OM).....os Srs. .... Cartão de Identidade nº.....COMAER, .....e....., os dois últimos militares como testemunhas, para ser processada a doação da arma de fogo, abaixo discriminada, ao Comando da Aeronáutica, pertencente ao primeiro militar, de acordo com a publicação do Registro da Arma, constante no Boletim Interno Reservado ou BIIP nº....., de....., da (OM).

**ESPECIFICAÇÃO DA ARMA DE FOGO**

Tipo	Marca	Calibre	Cano	Modelo	Nº de Série	Fab.	Cap.	Func.	País de Origem	Data de Aquisição	Registro Bol.Int. Res/BIIP

E, para constar, foi lavrado o presente Termo de Doação, assinado pelo militar Doador, e datado e assinado pelas testemunhas, todas acima mencionadas.

Local e Data:

Doador:

\_\_\_\_\_  
 (Nome Completo)

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
 Nome e assinatura da 1ª testemunha

\_\_\_\_\_  
 Nome e assinatura da 2ª testemunha

Em consequência seja:

- 1) Publicado em BIIP da OM e cancelado o registro da(s) arma(s) em nome do doador; e
- 2) Providenciada a remessa da(s) arma(s) ao PAMB-RJ, de acordo com o prescrito nas Normas em vigor.

\_\_\_\_\_  
 (Cmt, Ch, Dir ou Sec de OM)



## Anexo F - Recibo de Devolução/Doação de Armamento

**INFORMAÇÃO PESSOAL****MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
(NOME DA OM)****RECIBO DE DEVOLUÇÃO/DOAÇÃO DE ARMAMENTO****IDENTIFICAÇÃO DO MILITAR QUE DEVOLVE A ARMA****DO MILITAR**

Posto/Graduação: \_\_\_\_\_ OM: \_\_\_\_\_ Situação: Ativa( ) Inativo ( )

Nome: \_\_\_\_\_

Cartão de Identidade: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_ Saram nº: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

**DO REPRESENTANTE LEGAL (Caso necessário)**

Nome: \_\_\_\_\_

Cartão de Identidade: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

**ARMA A SER TRANSFERIDA**

Tipo: \_\_\_\_\_ Marca: \_\_\_\_\_ Modelo: \_\_\_\_\_

Calibre: \_\_\_\_\_ Nº de série: \_\_\_\_\_ Capacidade: \_\_\_\_\_

**ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA OM**

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(Cmt, Ch, Dir ou Sec daOM)

## Anexo G - Ficha de Controle de Armas (FCA)

**INFORMAÇÃO PESSOAL**

FICHA DE CONTROLE DE ARMAS						
IDENTIFICAÇÃO DO MILITAR						
NOME COMPLETO:				POSTO/GRAD:		SIGLA DA OM:
IDENTIDADE MILITAR:		DATA DA EXPEDICAO:		DATA DE NASCIMENTO:		SARAM:
NOME DO PAI:				NOME DA MÃE:		
ENDEREÇO RESIDENCIAL:				BAIRRO:		
MUNICIPIO:		UF:	CEP:	TEL.:( )	EMAIL.:	

INFORMAÇÕES SOBRE A ORIGEM DA ARMA				
ITEM	Nº DO BOL REGISTRO	DATA DE PUBLICAÇÃO/OM	IDENTIFICAÇÃO DO POSSUIDOR C/ CPF OU EMPRESA VENDEDORA C/ CNPJ	NOTA FISCAL OU DOC COMPROBATÓRIO
1				

INFORMAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL DA ARMA					
ITEM	(4) ORIGEM	(3) SITUAÇÃO	Nº DO BOL REGISTRO	DATA DE PUBLICAÇÃO	OM
1					

IDENTIFICAÇÃO								
ITEM	(1) SIGLA DO TIPO	CALIBRE	MODELO	SIGMA	Nº DA ARMA	Nº DE CANOS	TAMANHO DO CANO	IMPRESSÕES DE RAIAMENTO E DO PROJÉIL DISPARADO
1								
	(5) UNIDADE DE MEDIDA DO CANO		CAPACIDADE DE CARTUCHOS		(2) CÓDIGO DO TIPO DE FUNCIONAMENTO		PAÍS DE ORIGEM	DATA DE REGISTRO

DADOS OPCIONAIS							
ITEM	(6) TIPO DE ALMA	Nº DE RAIAS	(7) SENTIDO DAS RAIAS	ACABAMENTO	ACESSÓRIO	OBSERVAÇÕES	PARA USO DA OM
1							Publicado em ____/____/____

Solicito o cadastro da(s) arma(s) declaradas, de acordo com a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Proprietário da Arma

\_\_\_\_\_  
Comandante da OM

## Continuação do Anexo G - Ficha de Controle de Armas (FCA)

**INFORMAÇÃO PESSOAL**

## (1) SIGLA DO TIPO

ESP	ESPINGARDA
PST	PISTOLA
RV	REVOLVER
FZ	FUZIL
MTR	METRALHADORA

## (2) CÓDIGO DO TIPO DE FUNCIONAMENTO

1	AUTOMÁTICO
2	SEMI-AUTOMÁTICO
3	REPETIÇÃO
4	MONO-TIRO
5	ANTE-CARGA

## (3) SITUAÇÃO

OK	OK
PE	PERDIDA
RO	ROUBADA
FU	FURTADA
RC	RECOLHIDA
DE	DESTRUÍDA
AP	APREENDIDA

## (4) ORIGEM

I	INDÚSTRIA
O	OUTRAS ORIGENS

## (5) UNIDADE DE MEDIDAS: CM, MM e POL

## (6) TIPO DE ALMA

L	LISA
R	RAIADA

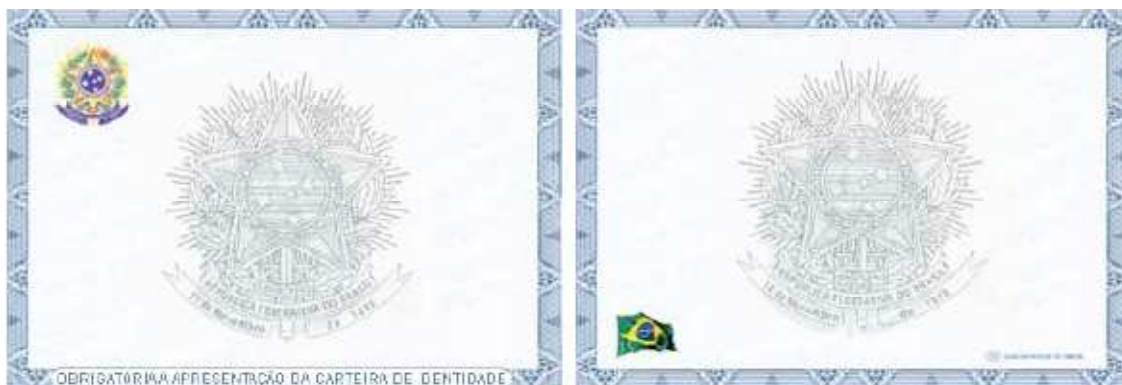
## (7) SENTIDO DAS RAIAS

ESQ	À ESQUERDA
DIR	À DIREITA

## Anexo H - Modelos de CRAF/PAF

### INFORMAÇÃO PESSOAL

#### MODELO DE ESPELHO PARA FORMULÁRIO DE CERTIFICADO DE REGISTRO E DE PORTE DE ARMA DE FOGO



#### MODELO DE CERTIFICADO DE REGISTRO DE ARMA DE FOGO (PREENCHIDO) – NÃO VÁLIDO COMO AUTORIZAÇÃO PARA PORTAR ARMA DE FOGO

MINISTÉRIO DA DEFESA (FORÇA ARMADA) CERTIFICADO DE REGISTRO DE ARMA DE FOGO Amparo Legal: Art 3º da Lei 10.826/03 Art 14 do Decreto 5.123/04.		
NOME _____		
CPF 999.999.999-99	IDENTIDADE 999.999.999-9	C. EXP XXXXXX
UNIDADE XXXXXXXXXXXX		
<b>NÃO VÁLIDO COMO PORTE DE ARMA</b>		
OBRIGATORIA APRESENTAÇÃO DA CARTEIRA DE IDENTIDADE		

REGISTRO XXX XXXXXXXX XXXXXXXX XXXXXXXXXX X XXXXXXXXXX XX XXXXXX	
TIPO XXXXXXXXXX	MARCA XXXXXXXXXXXXXX
CALIBRE XXXXXXXXXXXXXX	
Nº DE SÉRIE 999999	Nº SIGMA 9999999999999999
DATA DE EXPEDICÃO 99/99/9999	
(Responsável) Função _____	

O modelo de formulário de Certificado de Registro de Arma de Fogo (CRAF) contém duas faces, cada uma com os seguintes dados:

#### I -Frente:

- Armas Nacionais, no lado esquerdo;
- Dizeres - “Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica”;
- Nome do documento-“Certificado de Registro de Arma de Fogo”;
- Amparo legal: Art. 3º da Lei 10.826/03 e Art. 14 do Decreto 5.123/04;
- Nome do proprietário;
- CPF;
- Identidade;
- Órgão expedidor da identidade;

### Continuação do Anexo H - Modelos de CRAF/PAF

## INFORMAÇÃO PESSOAL

- i) Validade;
- j) Dizeres - “NÃO VÁLIDO COMO PORTE DE ARMA” (em vermelho); e
- k) Dizeres - “Obrigatória a apresentação da Carteira de Identidade”.

## II – Verso:

- a) Registro da arma no Boletim Interno Reservado ou BIIP;
- b) Tipo da arma;
- c) Marca da arma;
- d) Calibre da arma;
- e) Número de série da arma;
- f) Número de registro no SIGMA;
- g) Data de expedição; e
- h) Nome, posto e assinatura da autoridade concedente.

MODELO DE FORMULÁRIO DE CERTIFICADO DE REGISTRO DE ARMA DE FOGO  
(PREENCHIDO)–COM AUTORIZAÇÃO PARA PORTAR ARMA DE FOGO

	<b>MINISTÉRIO DA DEFESA (FORÇA ARMADA)</b>	
	<b>CERTIFICADO DE REGISTRO DE ARMA DE FOGO</b> Amparo Legal: Art 5º da Lei 10.526/03 Art 14 do Decreto 6.122/04.	
NOME		
CPF	IDENTIDADE	C. EXP
333.333-33	333.333-33-3	XXXXX
VALIDADE	ABRANGÊNCIA PARA PORTE	
XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
<b>AUTORIZADO A PORTAR ARMA DE FOGO</b> Amparo legal : Art 5º da Lei 6.880/80 / Art 6º da Lei 10.526/03.		

O formulário do CRAF, com autorização para Portar Arma de Fogo, além dos dados já previstos anteriormente, conterá mais os seguintes dados:

I - Frente:

- a) Armas Nacionais, no lado esquerdo;
- b) Dizeres - “Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica”;
- c) Nome do documento - “Certificado de Registro de Arma de Fogo”;
- d) Amparo legal: Art. 3º da Lei 10.826/03 e Art. 14 do Decreto 5.123/04;
- e) Nome do proprietário;

**Continuação do Anexo H - Modelos de CRAF/PAF****INFORMAÇÃO PESSOAL**

- f) CPF;
  - g) Identidade;
  - h) Órgão expedidor da identidade;
  - i) Validade;
  - j) Abrangência para o porte; e
  - k) Dizeres - “AUTORIZADO A PORTAR ARMA DE FOGO (em vermelho)  
– Amparo Legal: Art. 50 da Lei nº 6.880/80/Art. 6º da Lei nº 10.826/03”  
(em vermelho).
- II – Verso: exatamente igual ao CRAF.

## Anexo I - Requerimento para Porte de Arma

## INFORMAÇÃO PESSOAL

COMANDODA AERONAÚTICA (NOME DA OM)										<u>REQUERIMENTO PARA PORTE DE ARMA</u>									
<b>1) DADOS A SEREM PREENCHIDOS PELO REQUERENTE</b>																			
NOME COMPLETO																			
										SARAMNº									
POSTO OU GRADUAÇÃO																			
SETOR DE TRABALHO																			
DATA DE PRAÇA										C P F									
REQUER PELA ____ VEZ AUTORIZAÇÃO PARA PORTAR A(S) ARMA(S) COM AS CARACTERÍSTICAS ABAIXO:																			
Nº/DATA DO BOL. DEREG.																			
TIPO																			
MARCA																			
CALIBRE																			
MODELO																			
Nº DA ARMA																			
Nº DO SIGMAER																			
<b>2) JUSTIFICATIVAS - A SER PREENCHIDO PELO REQUERENTE</b>																			
AMPARO LEGAL - ART. 50 DA LEI 6.880/80 (ESTATUTO DOS MILITARES) c/c ART. 6º DA LEI 10.826/03 (ESTATUTO DE ARMAMENTO) c/c ART. 24, DO DECRETO 9.847/2019.																			
ASSINATURA										D A T A					LOCAL				
<b>3) ENCAMINHAMENTO - A SER PREENCHIDO PELO SETOR DE PESSOAL</b>																			
COMPORTAMENTO: ( ) EXCELENTE ( ) ÓTIMO ( ) BOM ( ) INSUF. ( ) MAU																			
INSPEÇÃO DESAÚDE:																			
VALIDADE: / / ( ) APTO ( ) INCAPAZ ( ) RESTRIÇÃO																			
DATA					NOME					ASSINATURA									
<b>4) PARECER - A SER PREENCHIDO PELA SEÇÃO DE INVESTIGAÇÃO E JUSTIÇA</b>																			
INDICIADO EM IPM E/OU PROCESSO CRIMINAL NA JUSTIÇA COMUM OU MILITAR? SIM ( ) NÃO ( )																			
TESTE DE APTIDÃO DE TIRO (TAT) (PRAÇA): DATA DA REALIZAÇÃO: / / APROVADO ( ) REPROVADO ( )																			
TESTE DE AVALIAÇÃO APTIDÃO PSICOLÓGICA (TAAP): DATA DA REALIZAÇÃO: / / APROVADO ( ) REPROVADO ( )																			
FAVORÁVEL ( ) DESFAVORÁVEL ( )																			
DATA					NOME					ASSINATURA									
<b>5) SOLUÇÃO - A SER PREENCHIDO PELO COMANDANTE, CHEFE, DIRETOR OU SECRETÁRIO</b>																			
DEFERIDO ( ) INDEFERIDO ( )																			
DATA					NOME					ASSINATURA									

**Anexo J - Ficha de Cômputo de Tiro e Instruções para Aplicação do Teste de Aptidão de Tiro**

**INFORMAÇÃO PESSOAL**



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
 (NOME DA OM)

**FICHA DE CÔMPUTO DO TESTE DE APTIDÃO DE TIRO (TAT)**

Grad/Nome Completo: \_\_\_\_\_

Identidade: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_ . \_\_\_\_ . \_\_\_\_ - \_\_\_\_

Tipo de Arma: \_\_\_\_\_ Calibre: \_\_\_\_\_

PROVA TEÓRICA			
Nº DE QUESTÕES	ACERTOS	NOTA (DE 0 A 10)	
PROVA PRÁTICA			
ITEM AVALIADO		APROVADO	REPROVADO
Manuseio com a arma descarregada			
Alimentar/Carregar a arma			
Manuseio com a arma carregada			
Atitude de Tiro – Arma sempre apontada para o alvo, guarda alta ou guarda baixa			
Disparo – Firmeza de mão			
Atitude após o tiro – Descarregamento e verificação da arma			
Proficiência de Acertos			
<b>APROVADO (    ) / REPROVADO (    )</b>			
Local: _____		Data: ...../...../.....	
_____ Posto/Grad/Esp e Nome do Instrutor de Tiro			
		_____ Assinatura	

Observações:

1. Esta ficha deverá ser anexada ao requerimento do pretendente ao porte de arma;
2. O teste aplicado deverá ser arquivado junto com o processo na Seção de Investigação e Justiça da OM; e
3. A cada reprovação no TAT será condicionado um período de 6 meses para a realização de outro teste.



## Anexo K - Modelo da Guia de Tráfego (Pessoa Física)

**INFORMAÇÃO PESSOAL**

**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
(NOME DA OM)

**NÃO VALE COMO PORTE DE ARMA****VÁLIDA PARA TRANSPORTE DE ARMA SEPARADA DE SUA MUNIÇÃO**

GUIA DE TRÁFEGO Nº: /	OM:	Folha: 1 / 1
GUIA DE TRÁFEGO VÁLIDA ATÉ:		

**Dados do Proprietário**

Nome do Proprietário:

Nº do Registro da Arma:

Nº do CPF:

Nº do telefone:

Identidade:

<b>Local de Origem</b>	<b>Local de Destino</b>
Endereço:	Endereço:

**Observação do Setor Responsável:**

---

---

Permissão para tráfego de armas, munições e acessórios discriminados a seguir:

Produto	Nº de Série	Espécie	Calibre	Modelo	Marca

Selo de autenticidade	Responsável pela Emissão da Guia de Tráfego
Selo Número:	Local e Data
Guia de Tráfego Válida até:	

**Observações:**

- 1) Este documento autoriza apenas o transporte da arma e munição para as finalidades especificadas. A propriedade da arma e munição deve ser comprovada com a apresentação do documento de identidade.
- 2) Amparo legal Art. 24 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

**Anexo L - Modelo de Ofício para Transferência de Arma de Fogo**

**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
(NOME DA OM)  
(ENDEREÇO DA OM)

Ofício nº  
Protocolo COMAER nº

Local, XX de XXXXX de 20XX.

À (Ao) Órgão  
Nome do Órgão  
Endereço do Órgão

Assunto: Autorização para Transferência de Arma de Fogo de Uso (Permitido ou Restrito).

Senhor (autoridade do Órgão),

1. Informo ao senhor que o posto/graduação/nome completo, identidade nº XXXXXX-COMAER e CPF: XXX.XXX.XXX-XX está autorizado a transferir a(s) arma(s) de fogo descrita na tabela abaixo, ao senhor posto/graduação (SE FOR MILITAR) nome completo, Identidade XXXXXX e CPF XXX.XXX.XXX-XX.

MARCA	MODELO	CALIBRE OU GAÚGIO	TIPO	Nº DE SÉRIE	Nº CRAF

2. Informo, ainda, ao senhor que a autorização para a referida transferência foi publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica de Informações Pessoais nº XX, de (data do BCA-IP) e tem validade de cento e oitenta dias, a contar da data deste ofício.

Atenciosamente,

---

(Cmt, Ch, Dir de OM)

**Anexo M - Modelo de Ofício para Aquisição de Arma de Fogo**

**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**(NOME DA OM)**  
**(ENDEREÇO DA OM)**

Ofício nº  
Protocolo COMAER nº

Local, XX de XXXXX de 20XX.

À Empresa  
Nome da Empresa (Comércio/Indústria)  
CNPJ da Empresa (Comércio/Indústria)  
Endereço da Empresa (Comércio/Indústria)

Assunto: Autorização para Aquisição de Arma de Fogo de Uso (Permitido ou Restrito).

Sr. Representante/Gerente de Vendas,

1. Informo a Vossa Senhoria que o posto/graduação/nome completo, identidade nº XXXXXX-COMAER e CPF: XXX.XXX.XXX-XX está autorizado a adquirir uma arma de fogo conforme tabela abaixo, a ser entregue (endereço completo informado pelo militar).

MARCA	CALIBRE OU GÁUGIO	TIPO

2. Informo, ainda, a Vossa Senhoria que a autorização para a referida aquisição foi publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica de Informações Pessoais nº XX, de (data do BCA-IP) e tem validade de cento e oitenta dias, a contar da data deste ofício.

Atenciosamente,

---

(Cmt, Ch, Dir de OM)

**Anexo N – Listagem de Calibres**  
**Tabela I - Calibres de Uso Permitido**

<b>CALIBRE</b>	<b>ENERGIA (JOULES)</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
9x19mm PARABELLUM	629,81	Permitido
9x18 Makarov	285,95	Permitido
9x23 Winchester	795,6	Permitido
10mm Automatic	927,55	Permitido
221 Remington Fireball	955,74	Permitido
25 Automatic	87,78	Permitido
25 North American Arms	151,7	Permitido
30 Luger (7.65mm)	396,41	Permitido
32 Automatic	195,65	Permitido
32 H&R Magnum	320,94	Permitido
32 North American Arms	268,81	Permitido
32 Short Colt	117,99	Permitido
32 Smith & Wesson	129,79	Permitido
32 Smith & Wesson Long	177,17	Permitido
327 Federal Magnum	815,61	Permitido
356 TSW	680,34	Permitido
357 Magnum	1322,76	Permitido
357 Sig	685,72	Permitido
38 Automatic	419,17	Permitido
38 Smith & Wesson	202,51	Permitido
38 Special	437,88	Permitido
38 Super Automatic +P	569,23	Permitido
380 Automatic	280,26	Permitido
40 Smith & Wesson	666,25	Permitido
400 Cor-Bom	854,35	Permitido
44 S&W Special	632,48	Permitido
45 Automatic	590,48	Permitido
45 Auto Rim	471,2	Permitido
45 Colt	755,15	Permitido
45 Glock Automatic Pistol	661,6	Permitido
45 Winchester Magnum	1318,42	Permitido
6 x 45mm	1505,01	Permitido
17 Hornet	791,07	Permitido
17 Remington	1204	Permitido

## Continuação do Anexo N – Listagem de Calibres

Tabela I - Calibres de Uso Permitido

CALIBRE	ENERGIA (JOULES)	CLASSIFICAÇÃO
17 Remington Fireball	1115,4	Permitido
218 Bee	1028,16	Permitido
22 Hornet	973,61	Permitido
221 Remington Fireball	1332,02	Permitido
25-20 Winchester	540,51	Permitido
30 Carbine	1278,46	Permitido
32-20 Winchester	433,44	Permitido
38-40 Winchester	716,53	Permitido
38-55 Winchester	1297,16	Permitido
44-40 Winchester	831,14	Permitido
17 Mach 2	206,73	Permitido
17 Hornady Magnum Rimfire	332,46	Permitido
17 Winchester Super Magnum	541,8	Permitido
22 Short	101,82	Permitido
22 Long	128,86	Permitido
22 Long Rifle	247,93	Permitido
22 Winchester Rimfire	228,91	Permitido
22 Winchester Magnum (Rimfire)	440,64	Permitido

## Continuação do Anexo N– Listagem de Calibres

Tabela II – Calibres de Uso Restrito

CALIBRE	ENERGIA (JOULES)	CLASSIFICAÇÃO
41 Remington Magnum	1657,91	Restrito
44 Remington Magnum	1849,35	Restrito
454 Casull	3130,41	Restrito
460 S&W Magnum	3883,88	Restrito
457 Linebaugh	2359,85	Restrito
480 Ruger	1986,47	Restrito
50 Action Express	1917,38	Restrito
500 S&W Magnum	3900,98	Restrito
500 Special	1991,78	Restrito
6mm Remington	3140,32	Restrito
6.5 Creedmoor	3356,24	Restrito
6.5 Grendel	2464,41	Restrito
6.5 x 55 Swedish	3152,18	Restrito
6.8mm Remington SPC	2636,84	Restrito
7mm Mauser (7x57)	3327,22	Restrito
7mm Remington Magnum	4365,04	Restrito
7mm Remington Short Action Ultra Magnum	4324,95	Restrito
7mm Remington Ultra Magnum	4961,65	Restrito
7mm Shooting Times Westerner	5086,92	Restrito
7mm Weatherby Magnum	4248,57	Restrito
7mm Winchester Short Magnum	4623,38	Restrito
7mm-08 Remington	3715,49	Restrito
7 x 64 Brenneke	3667,25	Restrito
7-30 Waters	2633,16	Restrito
7.62 x 39	2044,6	Restrito
8mm Mauser (8x57)	2801,88	Restrito
8mm Remington Magnum	5247,44	Restrito
9.3 x 62	4794,67	Restrito
204 Ruger	1715,78	Restrito
22-250 Remington	2340,59	Restrito
220 Swift	2340,59	Restrito
222 Remington	1717,63	Restrito
222 Remington Magnum	1711,17	Restrito

## Continuação do Anexo N– Listagem de Calibres

Tabela II – Calibres de Uso Restrito

CALIBRE	ENERGIA (JOULES)	CLASSIFICAÇÃO
223 Remington	1959,07	Restrito
223 Winchester Super Short Magnum	2496,62	Restrito
225 Winchester	2074,61	Restrito
243 Winchester	2893,31	Restrito
243 Winchester Super Short Magnum	3020,36	Restrito
25 Winchester Super Short Magnum	3241,22	Restrito
25-06 Remington	3384,37	Restrito
25-35 Winchester	1720,04	Restrito
250 Savage	2372,58	Restrito
257 Roberts	2598,42	Restrito
257 Weatherby Magnum	4017,36	Restrito
26 Nosler	4488,65	Restrito
260 Remington	3129,17	Restrito
264 Winchester Magnum	3830,64	Restrito
27 Nosler	4623,38	Restrito
270 Weatherby Magnum	4681,35	Restrito
270 Winchester	4063,52	Restrito
270 Winchester Short Magnum	4480,03	Restrito
28 Nosler	4938,3	Restrito
280 Ackley Improved	4478,49	Restrito
280 Remington	4020,74	Restrito
284 Winchester	3674,33	Restrito
30 Nosler	5500,87	Restrito
30 Remington AR	2897,37	Restrito
30 Thompson Center	4022,98	Restrito
30-06 Springfield	4514,68	Restrito
30-30 Winchester	2727,99	Restrito
30-40 Krag	3173,01	Restrito
300 AAC Blackout	1924,61	Restrito
300 Holland&Holland Magnum	4462,77	Restrito
300 Remington Short Action Ultra Magnum	4715,03	Restrito
300 Remington Ultra Magnum	5635,08	Restrito
300 RugerCompact Magnum	4857,44	Restrito
300 Savage	3389,69	Restrito
300 Weatherby Magnum	5291,04	Restrito

## Continuação do Anexo N– Listagem de Calibres

Tabela II – Calibres de Uso Restrito

CALIBRE	ENERGIA (JOULES)	CLASSIFICAÇÃO
300 Winchester Magnum	5278,22	Restrito
300 Winchester Short Magnum	4916,85	Restrito
303 British	3590,52	Restrito
307 Winchester	3303,65	Restrito
308 Marlin Express	3369,3	Restrito
308 Winchester	4119,43	Restrito
32 Winchester Special	2884,6	Restrito
325 Winchester Short Magnum	5303,51	Restrito
33 Nosler	6112,21	Restrito
338 Federal	4372,19	Restrito
338 Lapua Magnum	6548,66	Restrito
338 Marlin Express	3914,52	Restrito
338 Remington Ultra Magnum	6112,21	Restrito
338 RugerCompact Magnum	5203,47	Restrito
338 Winchester Magnum	5899,62	Restrito
340 Weatherby Magnum	6548,66	Restrito
348 Winchester	3777,58	Restrito
35 Nosler	6095,27	Restrito
35 Remington	2913,69	Restrito
35 Whelen	4556,56	Restrito
350 Remington Magnum	4702,32	Restrito
356 Winchester	3381,39	Restrito
358 Winchester	3691,95	Restrito
36 Nosler	6438,13	Restrito
370 Sako Magnum	5597,76	Restrito
375 Holland&Holland Magnum	6601,18	Restrito
375 Remington Ultra Magnum	6828,96	Restrito
375 Ruger	6554,94	Restrito
375 Winchester	2860,96	Restrito
376 Steyr	5409,68	Restrito
405 Winchester	4370,54	Restrito
416 Remington Magnum	6935,07	Restrito
416 Rigby	6762,77	Restrito
416 Ruger	6992,98	Restrito
416 Weatherby Magnum	8487,06	Restrito
44 Remington Magnum	2281,89	Restrito
444 Marlin	4594,48	Restrito
45-70 Government	4031,29	Restrito



## Continuação do Anexo N– Listagem de Calibres

Tabela II – Calibres de Uso Restrito

CALIBRE	ENERGIA (JOULES)	CLASSIFICAÇÃO
450 Bushmaster	3809,55	Restrito
450 Marlin	4757,23	Restrito
457 Wild West Guns	4978,82	Restrito
458 Lott	7928,21	Restrito
458 Winchester Magnum	7551,52	Restrito
470 Nitro Express	6956,89	Restrito
475 Turnbull	5433,07	Restrito
500 Nitro Express 3"	7747,49	Restrito
5.56x45 mm	1748,63	Restrito
7.62x51 mm	3632,01	Restrito
12.7x99 mm	17112,5	Restrito

## ÍNDICE

### **Anexos, A a N**

### **Atribuições, 3**

- da Diretoria de Administração do Pessoal, 3.2
- das organizações militares, 3.1

### **Disposições finais, 4**

### **Disposições gerais, 2**

- aquisição de armas, munições ou acessórios, 2.2
- certificado de registro de arma de fogo (CRAF), 2.8
- coleccionadores, atiradores e caçadores, 2.4
- da cobrança de taxas, 2.15
- da doação à polícia federal de arma adquirida legalmente, 2.17
- da regularização da arma de fogo do militar que retorna do exterior, 2.19
- da segurança de autoridades ou de dignitários, 2.20
- das armas de fogo incluídas em espólio, 2.18
- devolução/doação da arma, 2.5
- do porte de arma de fogo (PAF), 2.9
- do transporte de passageiros com autorização de porte, 2.16
- dos crimes, 2.21
- extravio/recuperação, 2.6
- guia de tráfego (GT) para pessoa física, 2.14
- instruções para aplicação do TAT, 2.11
- instruções sobre a arma e porte, 2.12
- produtos controlados de uso restrito e permitido, 2.1
- registro e cadastro de armas de fogo, 2.7
- teste de aptidão de tiro (TAT), 2.10
- teste de avaliação da aptidão psicológica (TAAP), 2.13
- transferência de propriedade de arma de fogo, 2.3

### **Disposições preliminares, 1**

- âmbito, 1.3
- conceituação, 1.2
- finalidade, 1.1

### **Referência, 5**